



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

1ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos.

Brasília/DF.
09 de Fevereiro de 2011.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Bom dia,
47 senhores. Estamos sem som ainda, mas eu pediria a todos que tomassem
48 seus assentos. Já estamos com 10 min de atraso em relação ao horário
49 combinado. Já temos quórum, portanto vamos dar início aos trabalhos agora
50 pela manhã. Eu pediria aos Conselheiros presentes que tomassem assento à
51 mesa, Dr^a. Jussara da ANAMMA hoje vem como representante titular. Em que
52 pese o Dr. Francisco se encontrar e não estar presente neste momento, nós já
53 temos quórum aqui, e eu vou dar início ao trabalho. Então, conforme
54 combinado ontem, nós teríamos agora a apresentação do Ministério Público, a
55 partir da sugestão do Planeta Verde, para nós compormos aí o entendimento
56 das dificuldades e dos dissensos que ocorreram durante os trabalhos do Grupo
57 de Trabalho. Para complementar a visão, nós tivemos ontem a visão do Alfredo
58 que coordenou o Grupo de Trabalho, e a pedido do Planeta Verde, damos
59 agora a palavra para o Ministério Público. Eu saliento que eu terei que me
60 ausentar ao meio-dia, e a ideia é que nós tenhamos aqui tempo suficiente para
61 a apresentação do Ministério Público no sentido de nós termos bem claro quais
62 são os problemas que nós estamos enfrentando em relação a consenso nessa
63 Resolução. Com a palavra Planeta Verde, para dar voz ao Ministério Público.

64

65

66 **SR^a. KARINA KEIKO KAMEI (MP/SP)** – Bom dia, Senhores. Eu já me
67 apresentei ontem. Meu nome é Karina Kamei, sou promotora de Justiça,
68 coordenadora da área de Meio Ambiente do Ministério Público de São Paulo.
69 Primeiramente, nós gostaríamos de cumprimentar o Sr. Alfredo Rocca, na
70 qualidade de coordenador do GT pela condução dos trabalhos, infelizmente
71 trabalhos que não chegaram a um consenso, como já foi dito. O Ministério
72 Público de São Paulo vem acompanhando a discussão desse tema há mais de
73 uma década. Isso porque é um dever de ofício nosso. É uma das funções
74 institucionais do Ministério Público a defesa do meio ambiente. E hoje o nosso
75 objetivo é apresentar para os senhores os fundamentos técnicos dos nossos
76 dissensos. É demonstrar para os senhores que as questões são questões de
77 base, são questões fundamentais que precisam ser enfrentadas. A título de
78 introdução, nós gostaríamos de lembrar que a interpretação sistemática do
79 ordenamento jurídico não permite a nenhum órgão do SISNAMA elaborar
80 normas que apliquem na piora da qualidade do solo, por meio da introdução de
81 poluentes, como é o caso que nós estamos discutindo hoje. Ainda mais
82 havendo alternativas. E eu gostaria de lembrar que ontem foi dito
83 expressamente pelo coordenador do GT que é tecnicamente possível a
84 remoção de poluentes. E já caminhando para o final dessa introdução, nós
85 gostaríamos de lembrar também que a Constituição Federal e a Lei da Política
86 Nacional do Meio Ambiente determinam que o poder público e a coletividade
87 promovam a manutenção e a melhoria da qualidade ambiental e dá sadia
88 qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Este Conselho do
89 Meio Ambiente é o Conselho Nacional do Meio Ambiente. É um fórum paritário
90 e que deve ser democrático. E não pode permitir a introdução de poluentes no
91 solo. Se isso virou uma prática corrente, como foi mencionado ontem, isso é
92 prova de que infelizmente os órgãos públicos ambientais não tiveram
93 capacidade para coibir essa chamada prática ocorrente, que na verdade é uma
94 atividade clandestina. E isso nos leva a ter mais certeza ainda de que nós
95 precisamos discutir a viabilidade de gestão e controle dos órgãos ambientais

96sim. Já terminando, eu agradeço a atenção dos senhores. Essa foi só uma
97introdução da posição do Ministério Público de São Paulo. E agora eu passo a
98palavra para os nossos assistentes técnicos de promotoria, para que eles
99façam a exposição dos fundamentos técnicos dos nossos dissensos.

100

101

102 **SR. ROBERTO VARJABEDIAN (MP/SP)** – Bom dia a todos. Nós
103 agradecemos a oportunidade da fazer essa exposição, e vamos lá.
104 Anteriormente, para iniciar, aqui a questão dos pontos principais dos dissensos
105 que nós queremos fundamentar, nós estamos propondo, estamos entendendo
106 que só é possível cogitar o uso de resíduos com a remoção dos poluentes, não
107 com estabelecimento de teores aceitáveis. Porque existe uma série de
108 dificuldades. Por exemplo, a questão de fazer um modelo que estabeleça o
109 quanto é possível aceitar de poluentes como chumbo, o cádmio, o cromo, o
110 arsênio, nos resíduos industriais para ser uso para esse fim, ele esbarra em
111 algumas questões básicas de entendimento de como estão os nossos solos.
112 Então, nós temos esse histórico no Brasil, a dificuldade. Nós não temos um
113 diagnóstico dos nossos solos em relação a esses metais. Existe a prática
114 agrícola há muitos anos sendo feita, inclusive com essa atividade clandestino
115 de uso de resíduo e não existe um controle ambiental dos solos. Isso é um
116 problema que cada vez mais os órgãos ambientais vão enfrentar porque muitas
117 substâncias são colocadas para viabilizar a agricultura. O próprio doutor ontem
118 falou que trabalhou muito, o trabalho com a questão dos agrotóxicos, que é
119 uma questão também importante e que tem a suas sinergias com outras
120 substâncias que estão sendo postas no solo. Então, nós não temos esse
121 diagnóstico e é uma coisa que nos preocupa muito a adição, quer dizer, se
122 você vai adicionar algo no solo que você não sabe sequer como está, e daí,
123 então, uma modelagem sendo feita com base em que nós estamos
124 questionando, vir a dar um parâmetro. Ao invés de remover, isso é
125 tecnicamente possível, esses poluentes se partir de uma modelagem bastante
126 frágil e que está sendo proposta a partir de uma diretriz do Estado de São
127 Paulo para todo o território nacional. Vejam que esses valores todos derivam
128 de normas feitas para São Paulo e que eles não conseguem abranger toda a
129 questão dos solos em termos nacionais. E nós temos de fato como foi muito
130 comprovado e exposto e todos concordam com isso, insuficiência de dados
131 científicos sobre o comportamento desses poluentes, e os seus efeitos para as
132 plantas e os organismos do solo com base em estudos realizados aqui no
133 Brasil, em termos de representatividade para o nosso território. Lembrando que
134 quando houve um encontro que foi uma espécie de um seminário que nós
135 desenvolvemos, juntamente nesse grupo, na quarta reunião desse grupo, ficou
136 evidente para os solos brasileiros que, mesmo regiões que têm características
137 que são mapeadas com uma certa categoria genérica e homogênea, você tem
138 muita diversidade de solos e muitas situações diferentes. Então, os solos
139 brasileiros não são homogêneos, eles têm muita diversidade. Aí um exemplo
140 do Estado de Minas Gerais, que foi dado na palestra do Dr. Jairo Rueda, que é
141 um especialista em solo da Unesp, mostra as diversidades de perfil, e isso
142 implica na diferença de comportamento dos poluentes; também no Mato
143 Grosso uma diversidade muito grande de situações, embora os mapeamento
144 na escala que foram feitos, às vezes, dão impressão de que existe uma
145 uniformidade e isso não ocorre. Existe uma diversidade de situações que

146precisa ser considerada. Então, nessa questão dos solos, existe essa questão
147de insuficiência de dados. E aí para tentar suprir essa questão é que apareceu,
148que vem sendo pleiteado há muitos anos, e nós vimos acompanhando isso
149desde a primeira reunião, nós participamos desde a primeira reunião de Grupo
150de Trabalho fazendo essas apresentações e acompanhando esse tema em
151São Paulo também, e existe essa hipótese de modelagem que se coloca para
152estabelecer o quanto pode ser introduzido no solo. O problema é que as bases
153dessa modelagem são extremamente frágeis e existe alternativa de remoção.
154Então, por exemplo, no caso do que foi estabelecido para esse modelo, em
155termos de variáveis, você tem três valores básicos, que são colocados e que
156você vão ver mais detalhes a respeito disso, que são os aspectos de... Os
157valores-limite. Então, parte-se do seguinte princípio: de que nós temos um valor
158que vai servir para nos dizer o quanto o solo pode ter no máximo de poluentes
159para que não seja prejudicada a sua multifuncionalidade. Esse valor no modelo
160que é proposto é o valor B, que deriva dos valores de fitotoxicidade que foram
161estabelecidos em São Paulo, primeiramente, e foram depois identicamente
162colocados na Resolução Conama 420. Esses valores são baseados em
163fitotoxicidade predominantemente baseada em dados internacionais, e não
164consideram os organismos do solo. Então, você tem uma generalização de um
165padrão baseado em dados internacionais para todos os solos brasileiros, com
166dados que foram feitos para São Paulo e estão sendo generalizados agora
167para o Brasil, para toda essa diversidade de situações que nós estamos
168colocando. E quando se cogita essa hipótese de multifuncionalidade dos solos
169está-se assumindo que isso não vai prejudicar a multifuncionalidade, mas não
170há como validar isso. Esse é o risco que nós estamos correndo. Você assumir
171os valores que você diz que não vão prejudicar a multifuncionalidade, mas que
172você não sabe ao certo, porque realmente não há pesquisa suficiente para isso
173em termos de Brasil. Então, não caberia por questões da diferenças climáticas,
174diferença de solo e diferenças de comportamento das relações planta e solo,
175dos organismos do solo, você falar nesses termos e assumir essa segurança.
176Cabe lembrar que as palestras feitas aqui nesse evento são palestras que
177acompanham a nossa apresentação, que foi colocada e que mostram o
178seguinte: a diversidade de organismos que existe no solo. Então, quando você
179fala em termos de solo, você está dizendo que um grama de solo possui mais
180de 10 mil espécies diferentes de micro-organismos, cerca de 1 bilhão de
181bactérias, 1 milhão de actinomicetos e 100 mil fungos. Quando falamos em
182diversidade biológica, a diversidade biológica é fundamental para manter a
183multifuncionalidade do solo. Se você prejudica esses componentes de
184biodiversidade, essas relações que acontecem no solo, você não sabe os
185efeitos disso, você não tem como sustentar que você não está prejudicando.
186Então, está-se assumindo um risco muito grande nessa generalização. O pior
187de tudo isso é que o nosso interesse primordial não é discutir esse modelo, tão-
188samente mostrar a sua fragilidade, mas ressaltar que se poderia muito bem
189remover a remoção desses poluentes para fazer a reciclagem com a devida
190segurança e também discutir a questão de gestão. Porque essa tecnologia de
191remoção, como foi dita, existe. Então nós não temos por que nos arriscar nesse
192nível a fazer esse tipo de modelagem, quando você tem alternativas. Então,
193dando continuidade, já encerrando a minha parte nessa questão, essas
194apresentações acompanham, são de pesquisadores que têm uma notoriedade
195no conhecimento dessa discussão do solo, vieram nesse evento em São Paulo,

196isso estava no site, no processo dos micronutrientes. Tem também uma
197apresentação que foi feita a respeito da geoquímica dos solos, que é
198necessário fazer um mapeamento geoquímico, porque senão acontecem
199situações como aconteceu em Minas Gerais, que os levantamentos que foram
200feitas agora para referência de qualidade do solo mostraram que tem teores
201naturais de arsênico muito alto nos solos de Minas, só que isso não estava
202previsto. Se trabalhando com média, média é um tipo de informação que do
203ponto de vista ecológico não tem validade. Média é o seguinte: você pega a
204médias das temperaturas no deserto ao longo do ano, tem temperaturas muito
205baixas e muito altas, e a média dá 20°. Não por isso você vai conseguir viver
206no deserto a 20° o tempo inteiro. Essas extrapolações são extremamente
207discutíveis e com problema que não terem consideradas também os
208organismos do solo e serem primordialmente importadas. E esses
209mapeamentos geoquímicos e de solo não estarem indisponíveis. Então, em
210relação a esse valor B, ele está sendo assumido para todo esse território
211nacional como o quanto o solo pode ter no máximo de poluentes, e isso
212permitiria que você adicionasse mais substâncias, como o chumbo e o cádmio
213até chegar nesse limite. Então, isso é uma coisa muito arriscada porque isso
214adquire um viés de padrão de qualidade para os solos brasileiros, coisa que
215não existe, não foi feito com detalhe e pode acabar condicionando a introdução
216de muitas substâncias no solo como se fosse segura essa questão. E daí, na
217lógica desse modelo, existe também o seguinte: parte-se do pressuposto de
218quanto você pode colocar no máximo no solo, que não o prejudicaria, você vai
219descontar disso aquilo que entra pelo fertilizante mais aquilo que já está no
220solo. Sobre aquilo que já está no solo, que é o valor de referência de qualidade,
221foi feita uma média de dois Estados apenas no Brasil. E isso é uma norma
222nacional. Os demais Estados nem têm valor de referência de qualidade do solo
223e o Estado de Minas está mostrando valores de ocorrências naturais de certos
224elementos, por exemplo, no caso de arsênico, que levantam questões que nos
225preocupam. E não se poderia falar em usar apenas dois Estados e nem usar a
226média, porque isso não tem sentido. E aí um dos mais graves, para terminar a
227minha exposição aqui que embasa esse modelo, é o valor denominado PF, que
228vai ser exposto e detalhado aqui na nossa abordagem do modelo, que é a
229concentração máxima do poluente no fertilizante. Nós tivemos a infelicidade de
230que tenha sido estabelecido antes de haver uma norma ambiental um
231parâmetro a partir de um IN do Ministério da Agricultura, de quanto pode ter de
232poluente no produto final do fertilizante, do micronutriente e dos fertilizantes em
233geral. Existe lá uma quantidade de chumbo, de cádmio, de arsênico, assumida
234como aquilo que pode estar no produto vendido em todo o território nacional, o
235micronutriente, o fertilizante. O que acontece é que esses dados foram
236determinados, não foi com base em estudos ambientais, foi com base de
237avaliação de risco à saúde, e isso não é suficiente e não é uma norma
238ambiental. Então, o que acontece, vejam só: nós estamos partindo de uma
239modelagem que diz o seguinte: o solo aceita no máximo X. Esse X, esse
240número é extremamente discutível e não garante aquilo que se diz que ele
241garante, que é a multifuncionalidade do solo. E quanto entra no solo? Aquilo
242que uma IN, que não é uma norma ambiental disse que seria aceitável com
243base em estudos de avaliação de risco à saúde humana; não passou pelo
244Ministério do Meio Ambiente. Foi feito em 2006. E considerando aquilo que já
245tem lá, baseado em apenas dois Estados, você subtrai aquilo que entra daquilo

246que pode ter no máximo, então isso te orienta para ver o quanto você poderia
247estabelecer no resíduo. Então, é de uma fragilidade que, se nós formos discutir
248tecnicamente isso, é realmente muito arriscado; não garante a segurança
249ambiental e a saúde pública. Independente disso, eu gostaria de frisar para
250terminar que nós achamos que a nosso dissenso claro é a questão da
251discussão da tecnologia; é possível remover esses poluentes para poder
252utilizá-los. Isso é muito mais seguro e muito mais importante, poderia
253tranquilamente ser assumido pelos órgãos ambientais e pelas empresas, ainda
254que aplicassem gastos maiores, porque o que está em jogo é um
255compartimento de solo, que é fundamental para as presentes e futuras
256gerações. E nós discutimos a viabilidade e gestão disso, porque nós vimos
257situações terríveis, tanto no Estado de São Paulo como nos outros Estados:
258ausência de laboratórios, dificuldades de fiscalização. E acima de tudo, essa
259comparação que se fez ontem aqui, dizendo que o padrão deve ser entendido
260como uma coisa similar, quando você considera o ar, a água e o solo, eu
261gostaria de fazer um comentário: isso não procede. Padrão de água é uma
262coisa, padrão de solo é outra coisa, padrão de ar é outra coisa. No ar e na
263água pode haver um restabelecimento, um retorno, uma possibilidade de
264aquele ambiente se reequilibrar de alguma forma. No solo com poluentes
265cumulativos não. O solo recebe o metal pesado, ele vai acumulando aquilo.
266Aquela acumulação que entra na planta passa para os outros organismos,
267entra na cadeia alimentar, pode ir para solo, para a água subterrânea. Ou seja,
268o solo não deve ser visto como compartimento ecológico, da mesma forma que
269o ar e a água, no sentido que seria só fazer um padrão. O solo acumula essas
270substâncias, daqui muitas gerações esse chumbo e esse cádmio vão estar lá, e
271nós não sabemos o efeito. Não é a questão de discutir se é pouco ou se é
272muito, a questão é a via de destinação. Então, com isso eu encerro a minha
273exposição e passo a palavra para o Falconi, que também assistente e que vai
274dar continuidade.

275

276

277**O SR. JOSÉ ROBERTO FALCONI (MP/SP)** – Bom dia a todos. Meu nome é
278José Roberto Falconi, engenheiro, assistente técnico e promotoria do Ministério
279Público do Estado de São Paulo. Podemos reconhecer que o embasamento
280em todas as abordagens que já foram feitas pela Dr^a. Karina e pelo meu colega
281Roberto, nós temos 4 assuntos importantes, 4 temas. Primeiro seria com
282relação às tecnologias de tratamento dos resíduos industriais para remoção
283dos contaminantes. Aqui eu gostaria de iniciar, enfatizando que o Ministério
284Público do Estado de São Paulo, o Ministério da Saúde, coletivo de entidades
285ambientalistas de São Paulo, o Instituto Ambiental do Paraná e Associação
286Brasileira de Agroecologia, discorram do estabelecimento de limites máximos
287permissíveis para os contaminantes existentes nos resíduos que serão
288utilizados na fabricação de micronutrientes, sendo que o posicionamento é no
289sentido de que seja efetuada a sua remoção mediante doação de tecnologias
290adequadas de tratamento. Com relação às tecnologias identificadas ao longo
291das discussões do Grupo de Trabalho, e por ocasião das visitas nas empresas
292realizadas, nós verificamos que essas tecnologias propostas, mediante
293processos integrados de moagem, classificação, calcinação, reação química e
294profusão, elas se mostraram significativamente complexas e não suficientes
295para o atendimento de demandas das avaliações de viabilidade ambiental

296necessárias, por não terem contemplado todos os resíduos de interesse
297fornecedores desses elementos micronutrientes. Elas se restringiram somente
298a apresentar as tecnologias de tratamento para os resíduos fornecedores de
299zinco e de cobre, restando então uma melhor verificação com relação às
300tecnologias propostas para o tratamento dos resíduos fornecedores de
301manganês e molibdênio. Mesmo as tecnologias apresentadas para o
302tratamento dos resíduos fornecedores de zinco e cobre, elas se restringiram a
303reduzir apenas a reduzir nesses contaminantes, até ao nível do atendimento
304dos limites indicados pelo IN 27 do Ministério da Agricultura, assunto esse que
305já foi questionado pelo Ministério Público anteriormente. E também durante as
306discussões do Grupo de Trabalho não foram discutidas com maior
307profundidade outras tecnologias possíveis de maior eficiências de remoção, por
308exemplo, a utilização de técnicas empregando resinas de troca iônica,
309processos por eletrólise ou até mesmo processos de calcinação sucessiva,
310sendo que o setor industrial alegou que tais processos industriais seriam
311economicamente inviáveis, denotando-se dessa forma o maior interesse desse
312segmento na utilização desses resíduos como matéria-prima, em detrimento da
313qualidade do meio ambiente, contrariando dessa forma os princípios de
314precaução e prevenção previstos na Constituição Federal. E como agravante
315também, com relação à modelagem apresenta pela CETESB para definição
316dos limites permissíveis na concentração dos contaminantes dos resíduos, nós
317temos aqui as equações que foram utilizadas. É o modelo que se utiliza
318basicamente de três equações, onde nós temos em destaque em amarelo
319aqueles parâmetros que já foram questionados pelo nosso colega Roberto e
320que dizem respeito à concentração máxima do poluente no fertilizante através
321da IN 27 do MAPA e é um dos parâmetros fundamentais no desenvolvimento
322de cálculo dessa modelagem, o D que é um valor máximo de fitotoxicidade e o
323C que são os valores de referência adotados pela CETESB através de normas
324internacionais e sem os estudos necessários aqui no âmbito nacional. E, além
325disso, quero enfatizar que nessa modelagem também foram utilizados outros
326parâmetros, que nós temos a taxa de aplicação do fertilizante e o número de
327aplicações. Ou seja, apesar de todos os estudos e avaliações técnicas feitos
328pelos setores técnicos dessa área, se pressupõe que esses parâmetros em
329termos de número de aplicações e quantidade de aplicações sejam
330normalmente utilizados pelos agricultores. Um questionamento muito grande
331decorre em cima disso é se realmente isso acontece na prática. Eventualmente
332pode ser menos ou pode ser até mais. E em sendo mais, isso realmente pode
333trazer maiores riscos, ou às vezes por uma fé ou por desconhecimento ou por
334falta de orientação técnica. Então, acreditamos que também nesse ponto de
335aplicação haja a necessidade de ter um controle rigoroso de fiscalização. E
336dando sequência com relação àquela modelagem que foi apresentada pela
337CETESB, nós temos aqui apresentada praticamente a evolução do que
338acontece com a concentração desses contaminantes ao longo de toda essa
339cadeia, desde o momento em que entra através dos resíduos que são
340utilizados, depois nos micronutrientes produzidos através desses resíduos e
341finalmente através do aporte provocado pelo fertilizante utilizado através
342desses micronutrientes. Aqui nós temos o CMP, concentração, por exemplo, de
343chumbo de 996, no micronutriente aí reduziria para 38, e como um aporte no
344fertilizante para 15. Com essa modelagem, com essa apresentação, nós
345fizemos outras relações bastante interessantes e, pelo tempo, nós vamos

346abordar somente o primeiro quadro na parte de cima, onde nós podemos
347visualizar claramente com relação à concentração, por exemplo, do chumbo
348existente no resíduo, de 996, e no aporte do fertilizante, o cálculo que se faz
349através dessa modelagem, ele cai para 15. Ou seja, haverá uma necessidade
350de haver uma redução nesse processo de tratamento de 65 vezes a
351concentração de entrada do chumbo. Com relação ao mercúrio, de 550 vezes.
352Ou seja, mesmo dentro dessa modelagem, considerando aquele parâmetro
353questionável estabelecido pela IN 27 do MAPA, mesmo assim, precisamos ter
354uma eficiência que realmente resulte nessa redução apresentada nessa tabela.
355Então, dessa forma, nós consideramos que essa modelagem é bastante
356questionável, tendo em vista aqueles parâmetros que já foram abordados pelo
357Roberto essas questões de aplicação, também que podem não ocorrer na
358agricultura. Um outro aspecto interessante nessa modelagem, e nós
359verificamos como havendo uma grande discordância, é com relação justamente
360o parâmetro do limite de concentração estabelecido pela IN 27 do MAPA.
361Então, adotando-se a concentração máxima de mil para chumbo, se, por
362exemplo, o MAPA amanhã ou depois decidisse reduzir essa concentração pela
363metade, ou seja, para 500, nós verificamos que a concentração permitida de
364contaminantes no resíduo, de 996, ela aumentaria para 1.196, ou seja, parece
365que existe uma forma de compensação. Mesmo havendo um rigor maior no
366limite de concentração do fertilizante, acaba havendo a permissividade de
367aumentar mais a concentração desses contaminantes no resíduo. Então, essas
368grandezas de relação indicam que, de uma forma geral, toda essa cadeia
369produtiva de tratamento e de aplicação tem que ser objetivo de um
370gerenciamento de uma gestão de controle extremamente rigorosa e contínua,
371inclusive dificultando até de certo modo as próprias ações de fiscalização dos
372órgãos responsáveis. Entrando agora para o terceiro tema, é com referência
373àquele questionário que proposto pelo Grupo de Trabalho para justamente
374avaliar a capacidade dos órgãos fiscalizadores com relação ao gerenciamento
375e gestão do controle dessas fontes, contemplando todos esses itens, que
376infelizmente acabou sendo indeferido o seu encaminhamento. Dessa forma, o
377Ministério Público de São Paulo encaminhou esse questionário a CETESB, que
378após 20 dias apresentou um relatório contemplando algumas respostas, mas
379não totalmente as questões que foram formuladas. E o órgão solicitou mais 4
380meses para apresentação das respostas restantes. Isso para nós, em sendo a
381CETESB com todo respeito reconhecida como um dos órgãos ambientais
382melhores estruturados, a nível nacional, tem essa dificuldade representada
383pela insuficiência no seu gerenciamento de controle das fontes que estão sob a
384sua tutela, a preocupação grande do Ministério Público é com relação aos
385demais órgãos ambientais a nível nacional que, por questões de estrutura,
386possam ter uma dificuldade maior ainda com relação ao controle e fiscalização
387dessas fontes. E finalmente com relação à importação de resíduos, nós
388gostaríamos de enfatizar que na minuta dessa Resolução não foi contemplada
389ainda esse tipo de restrição, havendo sérios riscos ambientais, não só
390ambientais, também para a saúde humana, tendo em vista o desconhecimento
391das suas condições de geração desses resíduos, o desconhecimento das
392condições de gerenciamento das fontes de poluição pelas quais esses resíduos
393foram gerados, o desconhecimento dos procedimentos utilizados no tratamento
394desses resíduos, podendo implicar até em processo de diluição, processo de
395mistura com outros resíduos. E também com relação ao desconhecimento dos

396procedimentos utilizados em nível de laboratório, em termos de ensaios
397necessários para a devida caracterização e classificação desses resíduos.
398Inclusive, com relação à questão que nós já discutimos ontem, que esse tipo de
399restrição não está considerada na revisão da Norma 2.396, é que nós achamos
400imprescindível que realmente agora chegou o momento de nós consideramo-la
401agora na norma que está sendo feita agora na norma que está sendo feita
402agora de micronutrientes. Obrigado.

403

404

405**A SR^a. KARINA KEIKO KAMEI (MP/SP)** – O Ministério Público gostaria de
406fazer um pedido formal, de inclusão de toda essa apresentação no site, no
407processo eletrônico. E também, já que o Lutti não está aqui, mas, na verdade,
408o que nós tínhamos combinado com o Alfredo Rocca, que seriam 15 minutos
409para o Ministério Público e 15 para o PROAN. E por isso que a PROAM
410convidou também o Elio Lopes, em especial, para falar sobre a viabilidade de
411gestão de fiscalização e controle. Mas como eles não estão aqui, o senhor
412permite?

413

414

415**O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – Bom dia a todos.
416Praticamente, o que o Ministério Público acabou de colocar seriam as minhas
417palavras, até porque nós temos um certo entendimento. Então, eu vou
418aproveitar essa oportunidade para fazer resumo histórico. Porque ontem, foi
419até muito boa a apresentação do Rocca, CETESB, mas o resumo que ele fez,
420partiu a partir de um descobrimento em Santos de contêineres com resíduos
421industriais perigosos, que se não me engano vinham da Inglaterra. Porém,
422esse processo não se iniciou aí, iniciou-se lá na década de 80, mais
423precisamente em 1984, quando, durante uma amostragem de chaminé na
424indústria de fertilizantes da Cubatão, se percebeu uma quantidade altíssima de
425metais pesados, no particulado, lançado através dessas indústrias de
426fertilizantes, com valor extremamente alto. Então, a partir daí, na época eu
427ainda estava na CETESB, tinha me aposentado. Isso foi caminhado para a
428CETESB. E que a diretoria da CETESB na época alegou foi que isso era um
429problema do Ministério da Agricultura, portanto, engavetou todo esse trabalho
430que foi feito pelos engenheiros da CETESB, do qual eu participava. 1983.
431Posteriormente, já no Ministério Público, coube a mim analisar uma instrução
432de diretoria, uma Resolução de diretoria da CETESB que, além de não tomar a
433providência de não fazer o seu dever de ofício, resolveu criar uma Resolução
434de diretoria permitindo o uso de pó de assearia na formulação da
435micronutrientes. Veja só o absurdo. E aí foi quando o Ministério Público, eu à
436época assistente técnico do Ministério Público de São Paulo fiz um parecer
437criticando essa Resolução de diretoria, e que de plano a própria diretoria da
438CETESB suspendeu. Suspendeu, mas na prática não fez aquilo que deveria
439fazer. O que era? Ontem se falou muito de licenciamento aqui. No processo de
440licenciamento, você tem o preenchimento de memorial de caracterização do
441empreendimento, onde você tem as suas matérias-primas e os produtos
442elaborados. E a CETESB dá a licença, e todas essas empresas têm licença,
443para trabalhar com minério, e não com resíduo. Então, é muito fácil de você
444resolver esse problema. Se você tem em licença e está trabalhando com outra
445matéria-prima, é só ir a CETESB ir lá e parar a produção, fazer com que essas

446empresas passem a utilizar a sua matéria-prima, que foi indicada na licença de
447instalação e na licença de operação. Muito bem. Esse processo continuou até
448que aí nós chegamos ao cúmulo de receber – e isso já deveria estar ocorrendo
449há muito tempo – resíduos de outros países. Foi quando o Ministério Público
450resolveu fazer um trabalho. Fizemos eu, junto com o Roberto, um pente fino,
451digamos assim, em todas as indústrias de fertilizantes existentes em Cubatão;
452fizemos visita às demais indústrias de micronutrientes, às grandes indústrias de
453micronutrientes no Estado de São Paulo e verificamos que, além do absurdo,
454chegava a ter 50 mil PPMs de chumbo no produto final. Imagina o que não
455entra de resíduo... Porque isso é feito uma diluição. Isso dá mais dinheiro do
456que droga nesse País. Você mistura um resíduo perigoso com um resíduo
457inerte, faz uma diluição, ensaca e vende. É assim que funciona esse setor.
458Evidentemente que existem alguns setores que estão buscando um tratamento,
459trabalho de forma correta, mas isso não é a maioria. Isso é apenas uma
460pequena parte do que nós temos nesse País. Muito bem, nós fizemos um laudo
461que demonstrava que essas primeiras amostragens absurdas nas chaminés,
462quantidade altíssima de metais pesados tóxicos, no caso do chumbo, do
463cádmio, enfim, elas não vinham da indústria da fabricação do NPK, a rocha
464fosfática no máximo que nós encontramos lá, foi 38 a 40 mais ou menos PPMs
465de chumbo na rocha fosfática nacional. Então, fazendo aí mundialmente são
46627, 30, fazendo uma média. Cádmio também baixo. A quantidade de cádmio
467não passa dos seus 5 PPMs. Mas a hora que você analisa o fertilizante NPK,
468misturado com... Ele já sofreu uma diluição no processo de formação de
469micronutrientes. Depois ele é adicionado ao NPK num processo de granulação,
470quer dizer, várias diluições e você ainda mesmo assim tem concentração
471altíssima desses metais pesados tóxicos. Então, olhando por esse lado e pela
472forma com que essas indústrias operavam, eu tenho aqui, se eu mostrar aqui
473para vocês agora, se eu tivesse tempo, se tivesse a oportunidade, vocês iam
474ficar chocados, que sequer dá para ver a pá carregadeira trabalhando dentro
475do armazém e tal quantidade de poeira em suspensão, tal a qualidade de
476equipamento, entre aspas, para controle de poluição que não funcionam;
477totalmente entupidos; sistema de tratamento de efluentes líquidos inexistente.
478Isso no Estado de São Paulo. Esses resíduos, ao ar livre, com chuva, sendo
479carreado para dentro de um buraco, que eu considero como uma área de
480sacrifício, com filtrações no lençol freático. Um prejuízo a este País, imenso. E
481aí, nós resolvemos chegar à CETESB. Fomos até a CETESB. Esses
482assistentes técnicos que estão aqui, eu na época, e mais alguns prometedores.
483E quem nos recebeu foi o presidente da CETESB, Rubens Lara, já falecido. E
484ele viu que a situação era de total descontrole. Foi quando ele remeteu isso
485aqui para Brasília para o Conama. Ora, nesse momento em que nós estamos
486discutindo aqui, nós estamos falando de CETESB, que é a quinta Companhia
487do mundo, em termos de controle de poluição. Agora, eu tive a oportunidade
488posteriormente de vir trabalhar no Ministério da Saúde, na área ambiental do
489Ministério da Saúde. E aí eu tive a oportunidade de correr este País. Meu
490amigo, Belém do Pará, para você ter uma ideia, a coisa corre solta. Minas
491Gerais, muito mais. E quando eu estive aqui no Ministério da Saúde, que eu
492também preparei mais alguns laudos para o Ministério da Saúde, inclusive o da
493Shell de Paulínia, nós reunimos na “Conashi”, segurança química. Reuníamos
494com alguns Ministérios aqui. E nesse momento, eu passei a receber, ou
495melhor, a minha esposa, cartas anônimas de ameaças, e foi aí, meu amigo,

496que eu fui para na ABIN. Quando você ontem falou da ABIN, foi justamente por
497causa disso. Eu vim parar aqui na ABIN, e da ABIN eu fui aqui para...

498

499

500**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acompanhei
501esse processo. Eu lhe pediria só mais objetividade em relação ao que nós
502estamos discutindo.

503

504

505**O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – Eu estou fazendo um
506preâmbulo, para mostrar aos senhores a complexidade...

507

508

509**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Desculpe, mas
510se é preâmbulo, nós já estamos com o tempo estourado.

511

512

513**O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – Mas eu peço a sua
514compreensão, porque é uma coisa tão, digamos assim, preocupante para o
515nosso País. Eu tenho 40 anos nessa área, e eu posso te dizer que esse é o
516caso mais crítico que eu já vi. Eu trabalhei em Cubatão. Quando você se
517depara com uma área contaminada, você faz o cercamento, põe barreira
518hidráulica, isola a área, isso não, isso você dissemina pelo País todo e a acaba
519entrando em vários compartimentos ambientais. Ele entra água. A companhia
520de água tem que gastar mais produtos químicos para tratar. É um prejuízo
521imenso ao País. Eu não sou contra o progresso, nem sou contra a utilização...
522Se você pegar os meus primeiros laudos, isso tudo que estão falando aqui já
523estava lá. Pode-se usar o resíduo, desde que se faça um tratamento para
524remoção dos elementos que não são de interesse da agricultura. E com
525relação aos organoclorados, nem pensar. Então, seria utilizar alguns processos
526em que você tem isso. Ontem, o Rocca colocou com propriedade alguns itens
527inclusive que seriam os itens de qual órgão ambiental teria que seguir, e tem
528um lá, por isso que eu ontem eu fiz essa colocação naquela primeira discussão
529nossa, da Convenção da Basileia, que diz que os órgãos ambientais terão que
530ter um controle rígido em cima do processo industrial, toda essa parte... Ora,
531isso é que demonstra que aquele item que está lá com Convenção da Basileia
532teria que passar para essa nossa Resolução. Porque como é que eu vou fazer
533um controle rígido no resíduo que veio dos Estados Unidos? Eu teria que ir até
534lá, ou no mínimo ter um contato com IPA, para que ela me passasse e me
535garantisse que àquele processo não foi feita nenhuma diluição até chegar ao
536nosso País. Seria, por baixo, a única garantia, quer dizer, eu não tenho como
537controlar, é inviável. Aqui no Brasil tem. Apesar de todas as problemáticas, nós
538temos aqui dos órgãos ambientais. Mas há como você fazer isso.

539

540

541**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Isso já foi
542discutido ontem. Nós já concluímos em relação a isso. Agora, eu pediria
543objetividade, porque senão nós vamos longe aqui e não concluímos. Eu lhe
544dou 5 minutos para concluir.

545

546

547 **O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – A minha proposta é a
548 seguinte. Tem que ser levada em consideração tudo o que o Ministério Público
549 colocou aqui, faço as minhas palavras. E em relação à situação atual, que os
550 órgãos ambientais cumprissem o seu dever de ofício nesse momento proibindo
551 que essas empresas utilizem resíduos industriais. Porque elas não estão
552 licenciadas para tal. Eu quero deixar consignado isso aqui. Isso é a coisa mais
553 fácil de se fazer. Não fazem porque não querem. Então, esse é o meu
554 posicionamento. Obrigado.

555

556

557 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu agradeço.
558 Eu não gostaria de polemizar sobre esse tema, porque ele é polêmico. Nós já
559 vimos discutindo há bastante tempo. Eu quero salientar que eu acho que está
560 claro para todos que estão aqui ouvindo que ninguém nunca questionou... Eu
561 acho que nesse ponto temos consenso. Eu acho que não há dissenso em
562 relação à importância do tema, em relação à complexidade do controle e em
563 relação à dificuldade do controle, inclusive em função da falta de informação.
564 Particularmente, eu gostaria de fazer só uma observação, de que, no sentido
565 até de nós direcionarmos a nossa discussão. Eu acho que o está se discutindo
566 aqui é: se proíbe ou se regulamenta. Basicamente é isso que está se
567 discutindo. Pelo menos é essa posição que o Ministério Público está trazendo
568 aqui. Está trazendo, pelo que eu entendi, me corrijam se eu estiver errado, mas
569 está trazendo uma posição de que hoje nós não temos condições de controlar,
570 e que, portanto, é necessário proibir, enquanto não houver... Corrijam-me,
571 então, por favor. Eu não quero simplificar. Eu só quero caracterizar bem o
572 ponto de reflexão.

573

574

575 **O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (MP/SP)** – Desde o início, nós estamos há
576 15 reuniões participando, e o nosso posicionamento é: não se deve
577 regulamentar essa matéria para resíduos serem utilizados contendo os
578 poluentes que não são de interesse para as partes. Quando você fala em
579 regulamentar, você fala em regulamentação que proíba. Você pode ter uma
580 regulamentação que obrigue a remoção dos poluentes para poder...

581

582

583 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Desculpe, mas
584 você está concordando com o que eu disse. Eu disse: ou nós regulamentamos
585 o uso de resíduos para micronutrientes ou nós proibimos o uso de resíduos
586 para micronutrientes.

587

588

589 **O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (MP/SP)** – Não. Porque existe a alternativa
590 de regulamentar... O que está dizendo que é regulamentar equivale a
591 estabelecer limites aceitáveis de poluentes.

592

593

594 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Exatamente.

595

596

597 **O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (MP/SP)** – Mas o nosso caso é outro. A
598 nossa proposta é que, se for regulamentar no mínimo, tem que se remover os
599 poluentes. É isso que eu gostaria de deixar claro. Isso não é igual a proibir o
600 uso de resíduos.

601

602

603 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
604 **Paulo)** – Como coordenador técnico, eu queria fazer aqui um resumo de
605 pontos, com relação a... O que é chave nesse processo, para nós evoluirmos
606 em um consenso. Realmente tem dois pontos, porque o Grupo de Trabalho
607 não teve tempo suficiente para amadurecer, e eu não tive uma visão total de se
608 era impossível ou não, mas o ponto é esse. Como avançar na questão da
609 remoção ou não dessas substâncias inorgânicas, se é possível ou não. Esse
610 seria um ponto fundamental, eu diria, de toda a história. O outro ponto é a
611 questão dos órgãos ambientais. Eu queria chamar a atenção a algumas coisas
612 da fala do Elio. O Elio saiu de CETESB há muito tempo. Então, ele não tem
613 como falar como é a situação hoje. Eu entendo que essas situações que ele
614 citou, e que no passado realmente ocorreram, são passíveis de ocorrer. Houve
615 uma evolução. E nós estamos tentando fazer de tudo para que isso ocorra. Até
616 eu chamo atenção de uma coisa que acontece: que todo mundo que é de
617 órgão ambiental e lê o texto da nossa Resolução, encontra ali algumas coisas e
618 fala assim... Sabe aquele purista do Conama: “isso não pode falar porque já é
619 regulamentado em outra matéria”. É óbvio que nós não podemos falar que
620 os órgãos ambientais precisam controlar. Só que nós estamos colocando a
621 coisa do seguinte jeito: para essa tipologia de empresa, se ela não tiver...
622 Numa coisa que nós vamos ter que amadurecer a redação. O plano de gestão
623 ambiental, porque isso já enseja um monte de interpretações, seria um ponto.
624 Mas é o plano de gestão ambiental, que significa ter um controle de poluição do
625 ar, das águas, do solo, para outras coisas independentemente de estar usando
626 resíduos ou não. Se ela não tiver um plano de gestão dos resíduos, porque
627 pode não ter problema com aquele resíduo, mas ela pode ter com outro, o
628 órgão não liberaria. Ou seja, a conduta da empresa é um condicionante para o
629 órgão aceitar ou não, independentemente de o órgão ter ou não a obrigação de
630 controlar. Então, é nisso que nós precisamos polir essa redação, se a
631 Resolução sair, para que fique isso claro e não dê essas outras interpretações.
632 Os dois pontos básicos são esses. Se nós conseguirmos amadurecer essa
633 questão dos inorgânicos tóxicos, porque dos orgânicos tóxicos tem como
634 acertar, não houve tempo suficiente, mas nós teríamos como acertar, agora, o
635 orgânico tóxico e o inorgânico tóxico. E essa questão de como a regra fica para
636 ajudar o Estado a só aprovar o empresário... Porque isso é questão da ética e
637 da política do empresário. Nós vimos que tem aqueles que têm como ética e
638 como política trabalhar direito, e têm aqueles que têm como política e como
639 política trabalhar errado. São coisas que o Grupo de Trabalho não vai resolver.
640 Mas de qualquer maneira, esses são dois pontos cruciais, que eu entendo do
641 consenso. O resto é tudo passível de ir acertando com discussão, que também
642 nós não tivemos tempo para fazer mais. Então, era isso que eu tinha para falar.
643 Concluindo a apresentação do que foi o Grupo de Trabalho. Eu acho que essa
644 agora nós abrimos aqui para uma discussão. Mas eu sugeriria esperar o Márcio
645 voltar, porque eu não entendo aqui do...

25

13

26

646

647

648**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – O fato de o Elio
649Lopes não estar mais na ativa, não significa que ele não conheça a realidade.
650Ele tinha empresa de consultoria e hoje ele é secretário de meio ambiente do
651Guarujá. Portanto, ele sabe o que está acontecendo e sabe a forma como está
652acontecendo as coisas.

653

654

655**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
656**Paulo)** – É porque dá a impressão de que ele fala em nome da CETESB. Ele
657não pode falar em nome da CETESB, porque em nome da CETESB aqui falo
658eu. Mas eu até entendo, porque como você ficou 30 anos casado com uma
659mulher, de repente você separa, e corre o risco de você chamar a outra no
660nome da antiga. Então, isso eu até entendo.

661

662

663(*Risos!*).

664

665

666**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu queria o
667tempo todo evitar isso. Eu queria evitar isso. Vamos levar na brincadeira. Eu
668acho que o que importa aqui é o conteúdo das coisas que estão colocadas. Eu
669acho que nós devemos tentar retirar essas conotações.

670

671

672

673**O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS (PROAM)** – Primeiro, eu não estou falando
674em nome da CETESB. Eu estou criticando a forma como que a CETESB tem
675agido. Agora não, eu até elogiei a sua apresentação. Mas como ela agiu
676durante muito tempo, e como ela pode agir agora se ela quiser, acaba com
677essa... Porque a licença está clara. A minha preocupação é até no sentido de
678proteger o próprio Estado. Independentemente da questão de poluição e tudo
679mais, imagina uma norma dessa malfeita, que permite a inserção de poluentes,
680nós vamos inviabilizar, essas áreas podem virar áreas contaminadas, e quem
681vai pagar por isso vai ser a própria União. Se ela fizer malfeito vai acabar em
682cima de nós.

683

684

685**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós estamos
686entrando de novo nessa discussão. É aquele ponto que eu estou querendo
687evitar. Nós vamos acabar discutindo mais ou menos como a questão de droga
688que foi falado aqui. Nós vamos discutir isso melhor, se é legalizar ou não
689legalizar, o que controla melhor, etc. e tal. A prática ilegal existe. Ponto. Como
690é que se lida com ela. Essa é a questão. E o fato de haver lei não vai impedir
691que ela continue existindo. Criar uma regulamentação não vai fomentar isso,
692esqueçam isso, porque disso eu tenho experiência.

693

694

695 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Só para
696reprimir algumas coisas, Márcio. A antiga Câmara Técnica de Resíduos
697também passou por esse impasse. Nós tivemos a discussão: o que nós
698faremos: nós proibimos completamente ou nós regulamentamos? E A Câmara
699Técnica naquela ocasião decidiu pela regulamentação. Foi uma decisão da
700Câmara. A Daniela está aqui e estava participando, o professor Alfredo estava
701aqui também. E esse assunto está superado é: como regulamentar bem essa
702questão? E aí tem muitas questões técnicas de especialistas, especialistas em
703nível de doutorado de universidades, pessoas que lidam com isso,
704especialistas como o professor Alfredo, e quero fazer aqui um registro pelo
705ótimo trabalho que ele fez. Não foi fácil fazer isso. Eu participei de poucas
706reuniões, mas eu acompanhei. Parabéns pelo seu trabalho. E, na verdade, eu
707queria só dar a palavra a um colega aqui da área, professor de universidade,
708que queria fazer um pequeno comentário sobre a apresentação. Nós não
709vamos entrar nesse debate agora exatamente.

710

711

712 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só pediria
713para nós evitarmos polêmicas técnicas, porque isso já deve ter ocorrido no
714Grupo de Trabalho.

715

716

717 **SR. LUIZ ROBERTO GUIMARÃES GUILHERME (UFLA/MG)** – Eu sou
718engenheiro agrônomo e desde 91 eu trabalho na área de química de solo, é a
719minha formação, com metais. E a partir de 98, eu comecei a trabalhar um
720pouco com a área da toxicologia ambiental. Eu estou contextualizando, porque
721eu acho que isso é relevante por questões que estão sendo discutidas aqui. Eu
722já disse alguma vez nessa Plenária, que tinha outras pessoas, sobre a questão
723de mapeamento de áreas. Foi levantada essa questão aqui. E eu tive a
724oportunidade de viver durante 4 anos no maior País agrícola do mundo, que
725são os Estados Unidos, que têm questões das mais diversas relacionadas à
726poluição difusa por utilização de insumos em área agrícolas. E eu desconheço
727um mapa que exista para os Estados Unidos, que é de dimensão aproximada
728um pouco maior, se pegar só o conteúdo, tirando o Alaska, do Brasil. E há um
729tempo, há 5 anos, eu tive a oportunidade de viver durante um ano e meio no
730maior país agrícola da Europa, que é a França, mais ou menos do tamanho de
731Minas Gerais. E naquela época a França estava fazendo o seu primeiro
732mapeamento de solos. Eles estavam fazendo grid de 60 por 60 quilômetros,
733para mapear a França, e ia dar mais ou menos 4 mil amostras. Era o primeiro
734mapeamento que estava sendo feito na França, para se ter uma ideia de
735conhecer o solo da França, que é do tamanho de Minas Gerais. Então, não
736existe, esse mapeamento exaustivo não existe. Eu conheço 39 países desse
737mundo, e em vários deles eu andei de carro porque eu ia para as áreas
738agrícolas. E não existe esse mapeamento nessa magnitude. Está todo mundo
739tentando fazer. Então, isso é importante que seja feito. Nós fizemos, o Estado
740de São Paulo fez, Minas Gerais fez. Isso agora está sendo feito em
741Pernambuco, Pará, Paraná. Vários Estados estão fazendo esse tipo de coisa.
742Foi colocada a questão de irregularidades que existem. Isso é um motivo para
743que nós façamos uma regulamentação. Foi mencionada a questão de
744eliminação de contaminantes, de não ter nada aceitável. Eu acostumo brincar

745que zero depende do limite de ignorância do analista. Não existe zero. Não
746existe remoção completa. Qualquer coisa que nós vamos fazer, nós vamos
747sempre trabalhar com um teor aceitável. Esse aceitável é estabelecido com
748base em quê? Foi falado em avaliação de risco. Uma metodologia que a
749CETESB uso u, e que é muito utilizada e aceitável no mundo. Risco zero não
750existe. Quem vai determinar qual é o risco aceitável? É o ser humano? Nós
751vamos trabalhar com risco à saúde. Pode ser um parâmetro. Ela é
752questionável? É questionável. Mas eu duvido que alguém, se na hora em que
753tiver que determinar quem nós vamos proteger, normalmente vai ser o ser
754humano. A própria CETESB usou essa metodologia, agora está partindo para
755risco ecológico. Nós não queremos proteger ser humano, nós queremos
756trabalhar com risco ecológico. Qual vai ser o nosso indicador ecológico, ou se
757as bactérias que estavam aqui? Vai ser uma collembola, vai ser a planta,
758fitotoxicidade? Nós temos um universo de indicadores ecológicos. É tão
759complexo fazer isso, e eu poderia abrir uma página aqui da USPA, que é a irmã
760do Ibama, que tem o melhor programa de avaliação de risco ecológico do
761mundo. E eu vou pegar 17 compartimentos de biota de solo, um punhado de
762planta, e eu vou chegar com uma tabela que tem número que varia de zero três
763a duzentos para cádmio. O que nós vamos escolher? Sempre nós vamos estar
764trabalhando uma questão de um limite aceitável. Eu participei da questão de
765discussão dos riscos que a CETESB fez, ela referiu esse número de 2005.
766Aqueles números que existem lá, foi dito aqui qual é a média? São números
767tentativos, o Alfredo já mencionou isso, normalmente se trabalha com a
768expressão clássica e na ciência que se chama *World Case Scenario*. É o pior
769cenário, o mais protetor. Foi mostrado aqui muito bem a diversidade de solos
770no Brasil. Nós temos uma diversidade de solos muito grande. Minas Gerais
771nesse ponto, não temos praia, mas temos muito lago, é a que mais tem
772diversidade. Quando nós fazemos avaliação de risco, nós não pegamos a
773média, para valores orientadores não se faz valores médios, não se faz nem
774mediada. Porque mediada é trabalhada quando você tem dispersão de dados
775muito grande. Para valores orientadores, você trabalha com conceito de quartil
77675% ou percentil 90%. Aquele número vem de no mínimo 75% das amostras
777ou 90% das amostras. É assim. E quando nós vamos trabalhar com solos que
778são bastante variados, nós não pegamos aquele solo onde o negócio fica mais
779retido, se eu tiver pensando em mitigação. Eu tenho que pegar o mais arenoso.
780Então, sempre se trabalha em avaliação de risco com o cenário mais protetor.
781Isso já foi falado aqui várias vezes na colocação das equações. Então, nós não
782vamos ter risco zero. Nós precisamos saber o que nós aceitamos. A tabela que
783nós precisamos ter em regulamentação, discussão dos parâmetros é uma
784coisa que vai ter que ser continuada, mas isso não existe. E só para terminar,
785daqui eu vou sair para Rondonópolis, e eu vou ficar três dias na região hoje
786que mais usa insumo no Brasil. Foi falado aqui fósforo, você sabe que tem
787cádmio e fósforo, tem chumbo, e vocês estão comendo planta comida que está
788sendo adubada com esse fósforo que tem cádmio e tem chumbo. O Brasil é o
789País que mais usa fósforo por unidade de área, porque nós temos solos que
790retêm muito fósforo. Isso está sendo colocado. Nós estamos fazendo avaliação
791de campo. Esse é o terceiro ano. Nós não temos problemas nenhum em áreas
792agrícolas. E eu desafio qualquer um aqui nessa sala a tirar uma amostra de
793água de área agrícola cultivada e vir com teores acima daqueles considerados
794limite. Eu desafio. Obrigado.

795

796

797 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Quer concluir,
798 Wanderley? Não. Francisco, por favor.

799

800

801 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Antes de tudo, eu
802 gostaria que a exposição que foi feita pela CETESB e pelo Ministério Público
803 fosse disponibilizado para o conhecimento de todos. Na integra o que foi dito e
804 foi apresentado. Eu gostaria de colocar. Outra, eu vejo que essa Câmara
805 Técnica ainda não se sente segura para regulamentar ou proibir a minuta da
806 Resolução como existe. Muito consistente as informações do Ministério Público
807 de São Paulo, bastante consistente. Verifica-se que o Ministério Público vem
808 assessorado por técnicos de renome em São Paulo e que chegaram a diverso
809 parâmetro e nós, como Conselheiros, jamais teríamos a pressa de levar ao
810 Plenário do Conama uma Resolução que existem muitas coisas em dúvidas e
811 precisam ser discutidas. Então, a nossa proposta é que ela retorne ao GT para
812 um aprofundamento maior porque nós não podemos trabalhar apenas com
813 amostragem de dois Estados brasileiros que se discutiu a questão do solo
814 como referência nacional. O Brasil é muito grande e existe muita diversidade e
815 nós não temos também que trabalhar só com os padrões aceitáveis para o ser
816 humano. Nós temos animais, temos a planta e temos toda a biodiversidade que
817 está em jogo. Nós não trabalhamos só para o homem, nós trabalhamos para
818 todo o ecossistema, para toda a biodiversidade. Eu vejo o que solo é a matriz,
819 para nós é a matéria-prima da vida. Se ele estiver contaminado, todos os
820 produtos, toda a saúde humana, toda a água que nós bebemos estará também
821 contaminada.

822

823

824 **A SRª. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu concordo em parte com o que
825 Dr. Francisco está colocando, mas eu discordo absolutamente de um retorno
826 na matéria ao Grupo de Trabalho. Esse Grupo de Trabalho se reuniu durante
827 três anos, ele cumpriu a sua missão, eu acho que ele fez o tinha que ser feito e
828 trouxe uma proposta, eu acho que todo e qualquer documento que é discutido
829 no Conama é disponibilizado no site. Então, se nós entrarmos nas 15
830 reuniões que foram realizadas, nós temos uma gama de matéria, de
831 apresentações e retornar para o Grupo de Trabalho seria refazer o trabalho
832 provavelmente da mesma forma. Eu acho que isso foi debatido, que não quer
833 dizer o que tema está maduro, que esta Câmara Técnica tem capacidade de
834 votar esse tema hoje. Eu acho que muitas dúvidas ainda permanecem. Nós
835 também permanecemos com uma série de não dúvida, mas conceitos e
836 questões que precisam ser melhor trabalhadas, em especial as questões
837 relacionadas ao valores que serão permitidos. Então, assim, eu acho que
838 sempre que nós trazemos uma matéria que tem consenso, nós ainda
839 discutimos e para aprovação aqui já não é tão simples. Quando tem dissenso
840 eu acho que dispensa qualquer tipo de comentário. Eu acho o que trabalho que
841 foi conduzido pela CETESB, primeiro pela Lady e depois pelo Alfredo é
842 irretocável, eu acho que foi muito difícil chegar num relatoria, nós fizemos
843 grande parte da relatoria desse Grupo de Trabalho, por isso que eu tenho
844 muita propriedade de dizer como que foi o trabalho desse Grupo de Trabalho.

845Agora, ao final, que foi dividido essa relatoria com o Ibama, mas eu não
846entendo como oportuno o retorno da matéria para um Grupo de Trabalho. Eu
847acho que nós temos outras formas nessa Câmara Técnica de ainda aprofundar
848de debater, por meio de pareceres formais, de áreas como o próprio Ministério
849da Saúde, o Ministério da Agricultura é importante que se manifeste, nós não
850temos uma manifestação formal do Ministério da Agricultura. Eu acho o que
851Ministério do Trabalho que tem que se manifestar, pelas questões que foram
852colocadas ontem. Não somos nós, também Ministério da Saúde, que
853legislamos sobre saúde do trabalhador, é o Ministério do Trabalho. O próprio
854Ministério do Meio Ambiente também tem que se manifestar, eu acho que nós
855estamos com um produto muito rico, somado às apresentações que foram
856feitas ontem e hoje e eu acho que agora é o momento de cada um dos entes
857aqui representados, não só os Conselheiros, mas todos aqueles que fazem
858parte do Conama, de voltarem para os seus pares e discutir a matéria em
859profundidade. É o que eu pretendo fazer no Ministério da Saúde. Eu represento
860aqui um departamento, como diretora adjunta do departamento, mas existem
861outras áreas do Ministério que eu vou ter que fazer um questionamento, como
862o próprio INCA, como outras áreas do Ministério da Saúde que eu gostaria que
863se manifestasse sobre a matéria, não que isso não tivesse sido feito durante o
864Grupo de Trabalho, mas eu acho que agora nós temos um produto final. Eu
865acho voltar para o Grupo de Trabalho, eu já me manifesto absolutamente
866contrário.

867

868

869**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
870**Paulo)** – Eu queria, na qualidade de coordenador, eu passei o tempo inteiro
871com essa Resolução, só os dois segundos mandatos como coordenador, voltar
872para o Grupo de Trabalho poderia ter avanço caso voltasse com todos
873concordando que precisava de uma normatização e com dois mandatos da
874Câmara. O primeiro, não haver retrocesso no que já está. Segundo, definir que
875pontos amadurecer, decidindo se aqui tem viabilidade para amadurecer porque
876senão o Grupo de Trabalho... Eu vejo as pessoas, o que acontece com o GT?
877Primeiro pode ser que aquele que sempre acompanhou venha e ele vai tentar
878buscar de novo uma posição mais favorável que ele achava ou pior ainda, vem
879um novo, que não sabe de nada e ficar achando o que vai começar do zero.
880Nós não podemos começar do zero. Eu estaria infinitamente disposto a discutir.
881Só que nós temos outros temas que nós precisamos trabalhar na área
882ambiental, eu tenho agora outro mandato que vai me trazer aqui sempre.
883Então, um GT totalmente aberto não vai levar a nada poro que foi possível nós
884trouxemos aqui hoje.

885

886

887**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Na verdade, já
888existe um grande consenso, que tem muita coisa ainda a ser aprofundada.
889Muito bem, de fato, voltar para a Câmara Técnica aberto não vai resolver muita
890coisa, para o Grupo de Trabalho não vai resolver muita coisa. Nós discutimos
891com o Alfredo, com a Daniela e com a Adriana ali fora e eu vou fazer uma
892proposta para os outros Conselheiros. A Daniela acabou de trazer que
893realmente existe um material rico, foi muito discutido e enfim, a proposta seria
894todos os Conselheiros, todas as entidades ou, enfim, “formalmente” pediriam

895 vista um conjunto. Todo mundo apresenta um parecer sobre o resultado do
896 Grupo de Trabalho. Toda entidade apresentaria uma conclusão ou conclusões
897 articuladas e objetivas, 5, 6, 3, 2, 1, enfim, quantas conclusões quiserem tirar
898 dos trabalhos feitos pelo Grupo de Trabalho. A partir daí, a presidência poderia
899 compilar os pontos mais importantes apresentados para cada um para
900 eventualmente balizar um retorno ao Grupo de Trabalho da forma como o
901 Alfredo acabou de explicar aqui. Essa seria a minha proposta.

902

903

904 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A Dr^a. do Ministério da
905 Saúde costumava, eu também sou remanescente do Ministério da Saúde
906 também. Fui lá, já trabalhei, inclusive, em campanha de malária, na época, do
907 DDT, que era utilizado para inibir o sistema nervoso do anofelino, anófele
908 terminou se transformando em alimento, poro que poder resistência que ele
909 teve com relação à dose letal 0,2%. Então, o que nós estamos comparando o
910 inseto e comparando o ser humano. Se nós usarmos assim até a pessoa
911 humana pode até se acostumar com uma dose muito alta de fertilizante e achar
912 que ele está obtendo também a resistência. Então, eu vejo que nós precisamos
913 de muito mais parâmetro e valorizando, eu acho que é retornando ao Grupo de
914 Trabalho, nós estamos reconhecendo o grande valor do trabalho feito, mas
915 ainda deixa muitas dúvidas para serem levantados. Por que se for
916 considerando só a pessoa humana maior o foco da questão, nós temos que
917 colocar todo o ecossistema e toda a biodiversidade que está nesse conjunto. E
918 é uma questão muito complexa você regulamentar ou proibir. Eu não quero
919 dizer vamos proibir, não vamos regulamentar. Eu sinto que essa Câmara
920 Técnica não está preparada. Se nós tivermos que levar mais meses seis,
921 meses 90 dias ou 60 dias para discutir é bem melhor e as propostas o que
922 Pedro colocou, que envia a compilação de cada um para o GT. Que retorne a
923 matéria ao Grupo de Trabalho e com todo porque eu confesso, como
924 Conselheiro do Conama, não tive acesso a todas essas informações que não
925 foram enviadas. Eu gostaria de ter tido acesso e foi colocado o mínimo
926 reduzido nos anais do Conama, mas eu gostaria de ter acesso a tudo isso e
927 outras pessoas que por aqui estão também. Então, a nossa proposta é que
928 retomem ao Grupo de Trabalho não quer dizer que está desprestigiando o
929 trabalho não, pelo contrário, está é valorizando poro que próprio Grupo de
930 Trabalho aqui, o representante da CETESB apresentou vários parâmetros que
931 não estão fechados, estão em dúvida. Deixou muita coisa por isso é que a
932 nossa proposta.

933

934

935 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós estamos
936 discutindo propostas de encaminhamento. Eu saliento que a documentação do
937 Grupo de Trabalho está na página do Conama. A proposta do Dr. Francisco é
938 de que se siga a primeira parte da proposta do Dr. Lutti, só que em vez de
939 retornar à Câmara Técnica para compilação iria ao Grupo de Trabalho.

940

941

942 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
943 **Paulo)** – Eu só quero dizer que retornar, eu vou deixar uma coisa muito clara o
944 que era possível levantar de questões técnicas foi levantado. Não adianta

945devolver para o GT sem a Câmara pelo menos decidir se vai ter ou não uma
946regulamentação. Por quê? Porque nós não vamos mais conseguir essa
947decisão lá e nós não temos lá mandato para fazer. Lá nós discutimos
948tecnicamente. Nós podemos até voltar a discutir, agora não adianta nada
949gastar todo o tempo dessas pessoas, toda a estrutura do Conama para mais 6
950meses discutir abertamente algo que nós não sabemos para onde vai levar
951porque já está há dois anos sendo discutido. Então, eu acho que nós temos
952que se tiver essas manifestações, elas teriam ainda que ser apreciadas aqui no
953âmbito da Câmara e se voltar o mandato do GT tem que ser como aconteceu
954porque a outra reunião da Câmara devolveu mandato ao GT? Porque tinha
955alguma coisa que nós amarramos e voltamos com aquilo para não retroceder.
956Essa é minha visão.

957

958

959**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Para nós não ficamos discutindo
960volta ou não volta para o GT, eu entendo o que GT encerrou o seu prazo. Ele
961está extinto. Nós tínhamos que ver, regimentalmente, porque não ainda nós
962ficamos discutindo volta para GT. No meu entendimento, o GT teve uma
963prorrogação e está extinto. Mas eu posso estar equivocada quanto ao
964Regimento. E sendo assim, nós teríamos que criar um novo GT.

965

966

967**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
968**DCONAMA)** – Eu não estou com os elementos na mão, mas realmente esse
969GT foi extinto, ele teve um primeiro mandato com Lady, se encerrou, foi
970reaberto, foi estendida a prorrogação de prazo, tudo que poderia acontecer em
971termos regimentais com aquele GT já aconteceu, ele já se encerrou e a matéria
972está na Câmara. E também parece que a única divergência que existe é
973metodológica, é isso que a Câmara vai ter que decidir. Como que faz para a
974matéria avançar e realmente aqui se ter condições de discutir alguma coisa
975com consistência. Agora, falar naquele GT não cabe mais.

976

977

978**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Então que a Câmara
979Técnica abra um mandato oculto para que essa matéria seja a nível de um
980Grupo de Trabalho. Não pode é, por exemplo, porque terminou o mandato,
981essa Câmara Técnica ter que decidir a queima roupa.

982

983

984**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Francisco
985nós vamos decidir com toda calma, com toda serenidade possível e vamos
986usar do nosso bom senso. Eu acho que como bem disse o Dr. Lutti, nós temos
987esse consenso. De que a matéria ainda não está madura. Dr. Wanderley.

988

989

990**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Então, basicamente eu
991acho que nós temos que caminhar a decisão de abrir ou não o GT e em
992relação ao pedido vistas, eu acho que aqueles que se sentarem confortáveis
993porque tem gerar um relatório para esse tipo de coisa, nem todas as entidades
994podem querer peça, isso é um pedido de vistas, eu acho que coletivo de

995várias entidades, a CNI já iria fazer, eu até conversei ontem com o Alberto e
996com o Márcio a respeito disso, a nossa intenção, que nós achávamos
997realmente que não estava maduro até mesmo para facilitar porque quando eu
998apresento um relatório, você vai saber o que eu penso, você vai ver isso com
999antecedência, que eu acho que isso é democrático e até para amadurecer as
1000ideias, nós trocando ideias porque nós podemos ter consenso em muita coisa
1001mesmo achando o que não vai ter. Então, era isso. Márcio, eu acho que nós
1002temos que deliberar agora sobre essas questões.

1003

1004

1005**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O nosso caso não é
1006pedir vista é que não estamos aqui em condições de discutir ou votar. O pedido
1007de vistas seria até precipitado, já que eu acho que precisa ser um pouco
1008discutido. E essa Câmara Técnica tem poderes de reabrir um prazo para um
1009mandato de 90 dias para que essas propostas que têm dos relatos de cada um
1010que participou, seja primeiro analisado a nível de GT, não deixar para a
1011presidência compilar com muito material, que seria de muito trabalho.

1012

1013

1014**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Francisco,
1015eu tenho a impressão de que a sua preocupação está contemplada na
1016proposta que é quase consenso entre Saúde, CNI e Planeta Verde levantado
1017pelo Planeta Verde. Eu tenho a impressão que a partir do momento que nós
1018fazemos esse pedido de vistas coletivo e que cada um apresente como bem
1019salientou o Dr. Wanderley, na medida em que se sentir confortável, um relatório
1020que contemple todos os pareceres de cada um dentre os representantes aqui
1021da Câmara em relação ao estágio atual do trabalho, nós vamos ter esse
1022elemento para a discussão nossa aqui. Não se preocupe, que eu não sou
1023presidencialista, não vou tomar decisão nenhuma que não passe por nós
1024termos muito debate em cima dessa questão e buscar o consenso no sentido
1025de qual o melhor encaminhamento. Não sei se alguém discorda desse
1026encaminhamento porque eu entendo que ele contempla, nós vamos, na
1027verdade retornar essa discussão para a Câmara Técnica, porém mais
1028objetivada. A partir de relatórios de cada um dos representantes do segmento
1029representados na Câmara, ampliados na medida de necessidades, quer dizer,
1030se vamos buscar ouvir o Ministério da Agricultura, ótimo. Se alguém que deva
1031buscar outro Ministério, se falou aqui na questão de importação, de repente
1032consultar MDIC, Ministério das Relações Exteriores e entender melhor esse
1033contexto da possibilidade de fazer uma proibição seletiva ou não enfim, um
1034ponto que nós quisermos avançar em termos de questionamento, nós podemos
1035entrar.

1036

1037

1038**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu quero só completar
1039que os relatos de cada um que participou, antes de vir aqui, deveria passar por
1040um mandato, nem que fosse um mandato de 60 dias para o GT reavaliar e
1041levantar alguns ponto que ficaram críticos.

1042

1043

1044 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O GT está
1045 extinto, nós podemos recriá-lo, mas não...

1046

1047

1048 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Mas isso numa última
1049 instância, nós não estamos na última instância, nós temos outras instâncias
1050 ainda para...

1051

1052

1053 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não é a última
1054 instância, e vou esclarecer o que a Dra. Adriana já nos informou, o GT está
1055 extinto. Teríamos que encaminhar no sentido de criação de um GT.

1056

1057

1058 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A Adriana fez uma
1059 colocação, poderia ao final na entrega desses relatórios estabelecer enfim aqui
1060 um escolha de um relator que faria esse trabalho. Que seria eu acho que...

1061

1062

1063 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1064 **DCONAMA)** – O Regimento tem a previsão de um relator para todas as
1065 matérias. Isso nós ainda não implementamos porque nós estamos vendo como
1066 é que se dá essa sistemática. Nesse caso, eu acho que é preciso que a
1067 Câmara escolha um relator, está no art. 40, eles vão designar um dos seus
1068 membros devendo observar critérios de alternância, relatores para cada uma
1069 das matérias. Se a Câmara optar por esse pedido de vistas, nós poderíamos
1070 estabelecer um prazo porque prazo dentro Regimento é 15 dias antes da
1071 próxima reunião, e a próxima reunião está em aberto. Então, poderia ficar bem
1072 estabelecer um prazo para a entrega desses relatos. O relator faz a
1073 compilação, distribui isso para todo mundo e nós convocamos uma nova
1074 Câmara Técnica com mais elementos e aí se avalia se é o caso de instalar
1075 novo GT com qual escopo e com qual mandato. Mas, essa seria uma decisão
1076 posterior.

1077

1078

1079 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – No meu entendimento
1080 a matéria não estaria sendo pedido de vistas, estaria sendo amparada a
1081 discussão para receber subsídios e aí que entraria na pauta para discussão e
1082 votação, é assim é um meio termo. Mas, a nossa proposta que esse relator
1083 teria que estar obviamente com um grupo de pessoas que participaram da
1084 discussão do GT porque seriam essas pessoas que teriam melhores condições
1085 de avaliar, por isso eu propunha a devolução do GT.

1086

1087

1088 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O risco é nós
1089 voltarmos para a reunião de hoje. Nós temos que avançar.

1090

1091

1092 **SR. VALDOMIRO (ANAMMA/SE)** - Pelo que eu entendi aqui, existe duas
1093 situações, mas o Ministério da Agricultura não foi ouvido não teve... foi ouvido?
1094 Só essa dúvida.

1095

1096

1097 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Muito bem, pelo
1098 que eu estou entendendo, nós temos acordos em relação à proposta de um
1099 pedido de vistas “coletivo”, um prazo que nós temos que discutir se fixamos
1100 esse prazo agora para apresentação de relatório dos Conselheiros e a ideia da
1101 relatoria eu acho que é interessante como relatoria. Agora, eu acho
1102 interessante também e eu já vou fazer, se nós concordamos em que haja essa
1103 relatoria, eu vou propor que nós não polarizemos com essa relatoria. Então, eu
1104 indicaria, em princípio, ou a ANAMMA ou CNC, que pouco se manifestaram
1105 aqui em relação, não polarizaram a discussão para que um desses seja o
1106 relator. O relator mais neutro possível, pelo menos é a minha sugestão.

1107

1108

1109 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que situação
1110 não é um pedido de vista. A matéria não vai ser apressada e retorna para que
1111 seja recebimento de subsídios para o relator apresenta a Câmara Técnica. Eu
1112 não considero um pedido de vista, porque o pedido de vista teria um prazo
1113 regulamentar para que ela fosse votada de qualquer forma. Essa daí seria
1114 apenas a matéria seria tirada da pauta, a minha proposta, no caso, ela seria
1115 retirada de pauta de hoje para receber esse subsídio que ele colocou para
1116 depois ela ser discutida a nível de Câmara Técnica. Porque se nós dissermos
1117 pedido de vista, obviamente nós estamos determinando que ela vai que ser
1118 apressada obrigatoriamente na próxima reunião. O que nós estamos propondo
1119 é que ela seja retirada da pauta, se é no caso dessa alternativa e veja o
1120 parecer para depois concluir, se ela retorna ao GT ou se ela vai ser discutida.

1121

1122

1123 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Aí tem uma
1124 questão técnica do Regimento, que não sei se eu estou entendendo mal, mas a
1125 meu ver, o pedido de vistas não encaminha necessariamente para uma
1126 votação no sentido de aprovar a Resolução na próxima reunião. A votação
1127 pode ser no sentido de reabrir o Grupo de Trabalho. Não há nada que impeça o
1128 pedido de vista significa não estamos suficientemente esclarecidos, queremos
1129 dar uma olhada com mais atenção e depois retornar o assunto. É o meu
1130 atendimento de pedido de vistas. Eu não sei se seu estou enganando.

1131

1132

1133 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
1134 Paulo)** – Eu só queria levantar o que nós estávamos conversando, foi
1135 levantada a possibilidade...

1136

1137

1138 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Me passaram
1139 aqui o art. 42 do Regimento Interno, que diz o seguinte, o pedido de vista de
1140 matéria no âmbito das Câmaras Técnicas poderá ser concedido uma única vez
1141 mediante aprovação da maioria simples de seus membros, devendo retornar

1142obrigatoriamente até a reunião subsequente acompanhada de parecer escrito
1143ou no prazo concedido pela Câmara Técnica. E não pode, tem um § único que
1144diz que as matérias que estão tramitando em regime de urgência, que não é o
1145nosso caso, não são passíveis de pedido de vista. Então, o único risco que eu
1146vejo aqui é que seria nós só podemos pedir vista uma vez. Eu acho que é a
1147preocupação de Dr. Francisco.

1148

1149

1150**SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Deixa-me fazer
1151uma colocação, a proposta do pedido de vista para analisar o resultado do
1152Grupo de Trabalho, ou seja, de dissenso, aquilo que precisa ser aprofundado.
1153Não é sobre o mérito propriamente dito, é para a Câmara Técnica decidir. Cria-
1154se ou não um novo Grupo de Trabalho para discutir aqueles pontos
1155necessários. É essa. Não é sobre o mérito da questão. Portanto, não estaria
1156prejudicado um eventual pedido de vista sobre o mérito, é diferente.

1157

1158

1159**SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Então, chegou o que
1160eu quis dizer, isso não é um pedido de vista, ela sai da (...) para receber o
1161subsídio para que a Câmara Técnica vá decidir sobre a regulamentação ou a
1162aprovação. Por isso que o pedido de vistas, quando eu falei, obrigatoriamente
1163ela teria que votar. Ela está sendo retirada da pauta para receber subsídio...

1164

1165

1166**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós estamos
1167discutindo a forma, mas acho que no conteúdo, nós temos acordo. A Adriana
1168vai nos esclarecer.

1169

1170

1171**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1172**DCONAMA)** – Tem que formalista aqui. A retirada da matéria da pauta só
1173quem pode fazer é o proponente e no caso e seria a Abema, me passa que
1174não é isso que está em questão. A solução seria realmente um pedido de
1175visão essa solução encontrada pelo Lutti é possível porque se esse pedido de
1176vista vai estar falando não sobre o mérito em si, mas está falando sobre os
1177dissensos e como caminhar esses dissensos a partir de uma base mais
1178elaborada e consistente tecnicamente. Com isso, você salvaguarda uma outra
1179eventual possibilidade de pedido de vista. Agora retirada de matéria eu acho
1180que não tem base, realmente é um pedido de vista com prazo a ser fixado
1181pelos componentes da Câmara e uma relatoria a ser definida. A próxima seria
1182reunião da Câmara Técnica seria marcada depois de que houvesse prazo
1183suficiente para que esse relator fizesse o seu trabalho e se o tivesse
1184disponibilizado no site quando da convocação da próxima reunião, de forma
1185que todos pudessem amadurecer a visão de todos.

1186

1187

1188**SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Vou ratificar aqui, que
1189não seja retirada de pauta, que seja devolvida para coordenação e eu
1190proponho 60 dias. Eu proponho 60 dias porque essa Câmara Técnica tem
1191poderes, não é só o propositor. Essa Câmara Técnica tem poderes de tanto

1192devolver quanto de retirar da pauta. É prerrogativa da Câmara Técnica, ela
1193pode até criar um GT, por que ela não pode devolver? Eu acho que aí...

1194

1195

1196**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Dr. Alfredo já
1197está pedindo a palavra faz horas e eu não lhe passei. Agora eu passo.

1198

1199

1200**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1201**Paulo)** – Na verdade, eu pedi a palavra porque foi aventada a possibilidade de
1202depois que todo mundo que fez o pedido de vista colocar a sua manifestação,
1203ser feita uma reunião da Câmara, eu não sei chama extraordinária, mas uma
1204reunião não deliberativa para nós conversarmos sobre esses pedidos de vistas
1205e amadurecermos a matéria até para subsidiar o trabalho do relator. E daí viria
1206uma reunião da Câmara, que seria deliberativa. Isso foi aventado. E se fosse
1207possível, eu acho que poderia ser interessante, que acomodava toda essas
1208situações.

1209

1210

1211**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu tenho um
1212questionamento em relação a isso. A Zilda está pedindo a palavra há um
1213tempão. Vamos dar a palavra a Zilda, aí eu quero me posicionar em relação
1214porque eu tenho um sentido um pouco diferente o entendimento aqui em
1215relação ao pedido de vistas.

1216

1217

1218**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu só queria gostar de fazer
1219um lembrete aos senhores, eu até fui pegar o processo ali e olha novamente,
1220eu falei isso durante as reuniões do GT, que eu tive oportunidade de participar,
1221falei isso ontem, eu gostaria de reafirmar, isso foi dito hoje de manhã por
1222alguns representantes tanto que falaram em nome do Planeta Verde quanto
1223falaram em nome do Ministério Público do Estado de São Paulo. Quando este
1224grupo foi convocado lá atrás, o objeto não era discutir importação de resíduos.
1225E a meu ver, ele continua com esse escopo. Importação de resíduos nós
1226discutimos em outro instrumento legal. Foi dito aqui hoje de manhã, se falou
1227hoje de manhã aqui, então eu tenho que verificar o resíduo como ele é gerado
1228lá fora. O que nós estamos focando essa Resolução? É o uso do resíduo na
1229indústria de micronutrientes. Então, é a porta de saída do resíduo e a porta de
1230entrada da indústria de micronutriente. O que não está muito claro para mim,
1231tem algumas informações, mas não está muito clara como monitoramento vai
1232ser feito depois da aplicação ou na hora da comercialização. Eu só lembro aos
1233senhores que todo o regulamento legal da área ambiental que implica em
1234verificação de produtos, não é nem regido por Resolução do Conama, ele é
1235regido por lei. Nós temos a lei de agrotóxicos, nós temos a lei do PROCONVE,
1236e aí os regulamentos de testes, então nós temos um limite de trabalho nesta
1237Resolução. Por isso que eu perguntei ao Alfredo ontem se tinha sido inserido
1238foi inserido um parágrafo que proíbe o uso de resíduos perigosos. Isso para
1239mim já é suficiente. Tem muito resíduo que entrou? Volto a afirmar, nessa
1240época eu era responsável pela autoridade competente do Ibama relacionada à
1241Convenção de Basileia. Os casos existentes são tráfico ilegais, não passaram

1242pelo controle do Ibama. Isso pode ocorrer com qualquer coisa. Foi levantado
1243aqui o fato podemos ir aos Estados Unidos verificar? Desde que isso tenha
1244provimento legal, agrotóxico existe um acordo em cima de laboratórios para
1245que os laboratórios sejam acreditados pelo Inmetro ou por organismo similar ao
1246Inmetro lá fora. Os casos de se fazer verificação são casos muito pontuais e
1247são pago pela indústria e estão expressos em lei. Então, nós temos todos
1248esses limites e não vai ser o MDIC, o MDIC pode nos esclarecer quanto ao que
1249nós afirmamos ontem, a Adriana, eu e Márcio a respeito de um possível
1250bloqueio das importações, mas a escolha deste Conselho foi de tratar as
1251questões de importação de resíduos por um instrumento legal que foi aprovado
1252pelos senhores ontem. Eu acho que nós temos que fechar as regras para
1253aquilo e quem sabe até proibir o uso de resíduo, o de perigoso já está proibido.
1254Então, o Ibama jamais vai autorizar a importação de resíduo perigoso porque já
1255tem outros instrumentos. O que for não inerte vai ter que atender essa
1256Resolução também. Essa possível Resolução que nós estamos discutindo. Só
1257fazendo esse lembrete. Obrigado e desculpe se eu fui repetitiva.

1258

1259

1260**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Tudo bem,
1261Zilda. Eu acho que isso pode aparecer também no posicionamento do
1262Ministério do Meio Ambiente a partir desse encaminhamento que nós estamos
1263propondo aqui. Wanderley.

1264

1265

1266**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A minha proposta de
1267pedido de vistas, até o regimental que eu comentei ontem, officiosamente era
1268no instituto já analisando o texto, feito pelo GT propor melhorias, quer dizer
1269encaminhar mesmo. Não estou preocupado, eu sei muito bem que muitas
1270coisas vão ser decidias no voto, não tem consenso, nós não conseguimos um
1271GT durante 4 anos, não vai ser em uma reunião que nós vamos conseguir.
1272Está todo mundo já por aqui de discussão, vamos deliberar se for permitido ou
1273não. Eu, particularmente, gostaria de fazer um relatório de pedido de vistas já
1274encaminhando para análise, aceitação ou não. Nós deliberamos aqui, acho que
1275nós temos competência para isso, não quero punir ninguém de nada, mas eu
1276gostaria que o intuito fosse esse já para deliberar na próxima reunião, se
1277possível, nós podemos dar um prazo até maior para que se possa fazer essa
1278discussão interna, não fazendo marcar uma reunião daqui a 30 dias, nós não
1279vamos em 15 dias fazer isso, não tem jeito. E a minha sugestão, Márcio, é o
1280relatório do pedido de vistas ser um relatório já conclusivo porque dificilmente
1281professor, nós vamos conseguir agora em pontos de divergência. Eu acho que
1282é um debate técnico que vai ter que haver e a Câmara Técnica tem que se
1283sentir a vontade para votar. Eu aceito ou não aceito. Não tenho segurança.
1284Então, eu vou por esse lado. Eu acho que...

1285

1286

1287**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A única
1288preocupação que eu tenho é não levar esse assunto já é complicado hoje a
1289forma como nós estamos... agora eu não gostaria que nós saíssemos daqui
1290para o Plenário com votações do tipo 5 a 4 porque aí é rolo na certa no
1291Plenário e aí o rolo é muito maior e a dificuldade até regimental de contornar

1292essas divergências é maior ainda. Eu acho a ideia de nós fazermos uma
1293espécie de seminário anterior a reunião, da Câmara com os representantes,
1294mas um seminário assim, meio fechado. Na verdade é uma reunião
1295extraordinária da Câmara para apreciar o trabalho da relatoria. É aquela ideia
1296que o Alfredo que eu acho interessante. Nós podemos dar um prazo digamos
1297vou sugerir aqui, vocês, por favor, contribuam a partir desse chute inicial. Nós
1298poderíamos dar 30 dias para o encaminhamento do posicionamento para o
1299relator, nós temos que escolher um relator. Depois damos mais 15 dias para
1300relator, e aí, no prazo de 45 dias, 50, 60, nós ajustamos esse prazo, faríamos
1301essa reunião interna extraordinária para apreciar o trabalho o relator. E a partir
1302desse trabalho, nós discutimos bastante no dia de trabalho, acho que teria que
1303ser de um dia isso, pela manhã apresentação, pela tarde discussão, e
1304marcaríamos a reunião na próxima Reunião Ordinária de Câmara Técnica.
1305Então, nós entraríamos no sentido de deliberar e essa deliberação poderá ser a
1306criação de um GT para esclarecer um ou outro ponto que tenha ficado ainda
1307necessitando de aprofundamento ou já partir para a votação, dependendo do
1308resultado desse seminário, que eu acho que ele já vai nos mostrar um pouco o
1309nível de dissenso que nós vamos chegar depois de relatoria.

1310

1311

1312**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Essa próxima
1313reunião para discutir, esse seminário, vamos dizer assim, seria para decidir
1314encaminhamento então. Ou se cria um Grupo de Trabalho ou se vai para uma
1315outra reunião para...

1316

1317

1318**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho que
1319essa reunião extraordinária nem teria um caráter deliberativo, eu estou vendo
1320ela mais como um caráter de discussão, de debate. Até nós prepararmos
1321propostas de encaminhamento na outra reunião e nós faríamos o
1322encaminhamento na reunião seguinte para não mostrar, como houve aqui
1323nenhuma crítica, eu acho que foi produtivo, mas para que nós possamos ter a
1324discussão técnica e conceitual numa reunião e a deliberação na outra, na
1325Reunião Ordinária.

1326

1327

1328**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho interessante
1329nós buscarmos o maior consenso possível para que essa matéria quando
1330discutir a nível de Câmara Técnica e for para análise do Conama, já existe
1331muito mais consistência para defesa. E nesse 60 dias que eu sugeri, 30 dias
1332para apresentar os relatórios, vamos dizer que mais 15 dias para o relator
1333apresentar a consolidação. Então, nós pediríamos amarrar 60 dias um
1334seminário para apresentação.

1335

1336

1337**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mas é fechado.
1338Eu não gostaria, nesse seminário, que nós tivéssemos restrito aos membros da
1339Câmara, suplentes. Nós podemos talvez... Aí nós vamos ter em mínimo Grupo
1340de Trabalho. A minha sugestão é, aí naturalmente está aberto para outras
1341sugestões, mas a minha sugestão seria, restrito aos membros e suplentes da

1342Câmara Técnica. Aberto aos suplentes, pode vir, nós temos três suplentes
1343cada um de nós, isso aí já dá um numero bem grande de participantes.

1344

1345

1346**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Márcio, com toda a sinceridade, eu só
1347participei de uma reunião do Grupo de Trabalho. Realmente eu, como CNC, eu
1348fiquei perdido. Senti-me perdido, eu falei em que posso contribuir realmente,
1349não sei, estou saindo daqui também sem poder dar contribuições, então isso
1350que você está fazendo um seminário talvez seja realmente a porta de entrada
1351para nós conseguirmos sair daqui com alguma coisa definida. Então, eu quis só
1352dizer o seguinte, eu, como CNC, ainda estou meio perdido nessa Resolução.
1353Deu para sentir que não é fácil. Não é só eu.

1354

1355

1356**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma pergunta mesmo
1357que eu queria ver com você, o termo muito técnico, e aqui eu acho que só aqui
1358na mesa, quem entende bem desse assunto é o professor Alfredo. Nós todos
1359aqui, eu, inclusive tenho conhecimento certamente limitado. A pergunta que eu
1360farei a vocês, será que eu não poderia trazer pelo menos um técnico que possa
1361contribuir nessa discussão? Porque eu vou te dizer o seguinte, o meu suplente
1362está mais por fora do que eu do assunto. Não é abrir a reunião para todo
1363mundo, mas pelo menos ter um técnico. Eu não sei.

1364

1365

1366**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Deixa-me só
1367contra-argumentar. Pelo que eu pude perceber, nós estamos discutindo aqui,
1368na verdade, o grande pomo de discórdia é o nível de incerteza com qual nós
1369vamos lidar frente à regulamentação ou não. Eu acho que a discussão técnica
1370se nós entendermos que para melhorar esse nível de certeza, nós vamos
1371precisar rever o modelo proposto pela CETESB ou outra coisa, se abre o
1372Grupo de Trabalho, que aí é uma discussão técnica, mas eu estou entendendo
1373aqui que, na verdade, o que o Ministério Público fundamenta, digamos assim
1374da discussão eu continuo achando que é aquele, quer dizer, em que nível nós
1375vamos regulamentar isso? Com que nível de risco nós vamos tomar essa
1376decisão? Eu volto a dizer, eu coordeno o registro de agrotóxicos por parte da
1377área ambiental. Nós temos lá uma matriz, que avalia, organismo de solo
1378estamos fazendo capacitação na EPA, estamos fazendo convênios para fazer
1379modelagem de risco para fazer avaliação. Nós fazemos registros de
1380agrotóxicos no Brasil desde 89. Agora que está se falando em fazer avaliação
1381risco. Eu pergunto, já tivemos vários produtos banidos nesse meio tempo. Isso
1382não impediu o trafico ilegal, o nível de incerteza com que nós trabalhamos
1383ainda é muito grande, a minha posição pessoal de alguns anos eu queria
1384manifestar isso aqui, mas de alguns anos trabalhando na área ambiental de
1385que para mim é muito melhor regulamentar no sentido de instrumentar os
1386órgãos do que o contrário. O contrário leva à ilegalidade. O segundo ponto é
1387minha experiência também na área de recursos hídricos e saneamento se nós
1388estabelecermos padrões mais rígidos, geralmente leva para a imobilidade. A
1389qualidade de água é um exemplo disso. Os nossos padrões são padrões
1390europeus de efluente, resultado, o cara não faz. É preferível não fazer uma
1391estação de tratamento, hoje a situação do saneamento que todos conhecem

1392essa é por causa disso. O nosso padrão é tão distante da prática que, na
1393verdade, nós não conseguimos fazer degraus para chegar a um ideal. Nós
1394ficamos assim, o praticado é aqui o ideal é isso aqui. Aí o que o cara faz?
1395Nada. Porque se ele tentar fazer alguma coisa, ele não consegue chegar aqui,
1396então é melhor ele não fazer nada que aí não acontece nada com ele. É isso
1397que levou, na área de recursos hídricos de qualidade da água, ao imobilismo
1398nessa questão, mas essa é uma posição muito pessoal, que eu nem gostaria
1399de trazer aqui, eu estou com ela entalada na garganta há horas aqui. Parece
1400que a discussão fundamental para este seminário é exatamente essa, com que
1401nível de risco, com que padrão, limite ou sem padrão e sem limite ou com uma
1402proibição sumária ou com uma tentativa de se buscar a melhoria da qualidade
1403na regulamentação porque eu acho que essa é a questão de fundo. Corrija-me
1404se eu estiver errado, mas o nível de risco que nós vamos assumir nessa
1405história ou simplesmente, na impotência de controle nós vamos dizer olha, não
1406vou aceitar risco nenhum porque eu não tenho como medir esse risco. Então,
1407essa não é uma discussão, eu acho que essa é uma primeira discussão que
1408nós temos que fazer. Resolvido isso, aí nós vamos descer e dizer, olha já que
1409eu resolvi assumir um risco como é que eu refino esse risco aí? Eu acho que é
1410mais ou menos a nossa tarefa aí. Então, nesse sentido, eu pediria que nós já
1411tivéssemos a proposta dos prazos e da composição, eu fiz em primeiro
1412lançamento aqui da composição dos membros para a próxima reunião, eu
1413contínuo defendendo que não deva ter técnicos, prazo e relatoria.

1414

1415

1416 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1417**DCONAMA)** – Uma sugestão de nome, até para ficar mais claro o que se vai
1418fazer. Seria uma reunião extraordinária da Câmara Técnica como um dia de
1419trabalho. Com isso, você fecha porque seminário dá uma impressão de que é
1420um GT maquiado e uma coisa aberta. Não é. É um dia de trabalho da Câmara
1421numa reunião extraordinária.

1422

1423

1424 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Extraordinária
1425para a qual estão convidados todos os suplente. Para nós podemos ampliar a
1426representação da Câmara, existem muitos setores que ficaram com a
1427suplência, o próprio Planeta Verde. Eu acho que é importante nós termos essa
1428abertura.

1429

1430

1431 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu só queria colocar
1432aqui que realmente é uma reunião extraordinária para especificamente discutir
1433a temática sobre a minuta da Resolução e sobre a regulamentação ou não por
1434parte dos membros da Câmara Técnica, mas existe uma lógica muito natural
1435do Conama. Todas as Câmaras Técnicas em reuniões de GT são abertas. São
1436democráticas. O que não impede que essas pessoas que aqui estão e que
1437próprio Ministério Público...

1438

1439

1440 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Francisco se
1441o senhor fizer isso eu vou dizer pode vir todo mundo, mas eu não vou dar a

1442palavra para ninguém. Estou dizendo, que na condição de presidente, não
1443darei a palavra para ninguém que eu estou dizendo aqui que não darei a
1444palavra para ninguém que não seja membro ou suplente de Câmara Técnica.
1445Se quiser trazer para ouvir.

1446

1447

1448**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Mas isso que eu quero
1449dizer que as regras são estabelecidas. Só quem vai falar são os Conselheiros
1450tudo bem, mas não impede o direito de outras partes interessadas estarem
1451apenas como ouvinte, porque é democrático e aberto.

1452

1453

1454**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós estamos
1455querendo nos esclarecer, nós estamos querendo nos concentrar nesse tema
1456que é um tema complexo, difícil, eu entendo que qualquer outra participação
1457vai dispersar do nosso objetivo. Eu acho que é importante até do ponto de vista
1458de grupo, que nós fechemos as portas e quebrems o pau aqui dentro para nós
1459podermos chegar a um nível de entendimento suficiente para levar isso a uma
1460reunião ordinária depois.

1461

1462

1463**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nisso aí eu discordo
1464porque parte do próprio Ministério Público vai estar aqui, nós não podemos
1465vetar a presença do Ministério Público. Eu posso até achar no momento
1466perguntar algum jurista do Ministério Público se há fundamentação legal
1467naquela proposta. Então, eu posso consultar, mas ele não vai falar, quem vai
1468falar sou eu.

1469

1470

1471**O SR. ROBSON CALIXTO (DCONAMA)** – Para fins de registro, para todo
1472mundo estar certo do que está sendo decidido, está havendo um pedido de
1473vista coletivo onde haverá 30 dias para manifestação, para entrega, digamos,
1474do seu parecer o seu relatório, a partir daí, mais 15 dias para o relator que será
1475pelas indicações ou CNI ou Ministério da Saúde precisa definir isso. Então, o
1476relator, o ideal é que não seja, pelo que se foi falado aqui, alguém da área de
1477meio ambiente, mas sim um outro com uma posição mais neutra. E aí. Então,
1478mais 15 dias para uma reunião de trabalho extraordinária para discussão mais
1479em âmbito fechado para a discussão e posicionamento fechar para levar para
1480uma futura reunião de Câmara Técnica para deliberação. É isso? Só para fins
1481de registros.

1482

1483

1484**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Ao invés de
1485colocar um pedido de vista coletivo, poderia por em 30 dias aqueles que
1486tiverem interesse, apresenta um relatório para encaminhamento e deliberação.

1487

1488

1489**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1490**DCONAMA)** – É importante ter o pedido de vista. Se a entidade que pedir
1491vistas eventualmente não se sentir confortável suficiente para apresentar o seu

1492relatório, não tem o menor problema, mas nós temos que registrar quem pede
1493vistas.

1494

1495

1496**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A dúvida em
1497relação a pedir vista coletiva ou não é que pode ser que algum Conselheiro não
1498queira se manifestar. É isso? Se for assim...

1499

1500

1501**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1502**DCONAMA)** – O Regimento prevê penalidade para quem não apresenta
1503pedido de vista só na Plenária. Na Câmara Técnica não tem isso. Então, todos
1504que quiserem aqui podem pedir vistas. Se eventualmente na hora da análise
1505não se sentir confortável para apresentar o seu parecer aqui não tem
1506penalidade nenhum, na Plenária é que tem.

1507

1508

1509**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Esclarecido. Se
1510temos acordo com relação ao que foi relatado pelo DConama, eu acho que
1511resta nós discutirmos o relator.

1512

1513

1514**A SR^a. JUSSARA DE LIMA CARVALHO (ANAMMA NACIONAL)** – Eu queria
1515falar nesse sentido porque o senhor, presidente, sugeriu que fosse uma
1516entidade mais neutra e eu até cito a ANAMMA, eu até gostaria muito de ocupar
1517essa função, mas eu vou ter o impedimento no próximo mês de participar.
1518Então, isso vai invalidar o trabalho. Eu estou conversando com o nossa colega
1519da ANAMMA, ele também não tem essa disponibilidade.

1520

1521

1522**O SR. ROBSON CALIXTO (DCONAMA)** – Seria daqui a 45 dias. Entre 45 e 60
1523dias.

1524

1525

1526**A SR^a. JUSSARA DE LIMA CARVALHO (ANAMMA NACIONAL)** – Mas tem
1527um trabalho durante esse período, e eu vou estar fora 30 dias. Então
1528inviabiliza.

1529

1530

1531**O SR. ROBSON CALIXTO (DCONAMA)** – Pela colocação seria 30 dias para
1532apresentar o parecer, o posicionamento institucional, mais 15 para o relator e
1533depois mais 15 para um uma reunião de trabalho extraordinária.

1534

1535

1536**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não sei se
1537esses últimos 15 nós precisaríamos. Talvez pudesse ser menos, mas em
1538princípio mantemos assim para ter segurança. Se o relator entender que está
1539maduro para fazer a reunião, nós antecipamos.

1540

1541

1542A SR^a. **SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Muito rapidinho, eu estou
1543com uma preocupação de que um pedido de vistas, sem querer cercear a
1544liberdade de cada no pedido de vistas, mas para que nós tenhamos no mínimo
1545talvez algumas diretrizes sobre o pedido de vista porque nós podemos chegar
1546aqui com compilados, teses, documentos 400 páginas, se alguém quiser, pode
1547escrever, isso está totalmente livre, mas eu acredito que nós temos que ter um
1548pouco de bom senso em cima do que vai ser alvo do pedido de vistas. Então,
1549eu acho que seria interessante ter algumas diretrizes para esse pedido de
1550vistas no sentido de que nós tenhamos mais objetividade no que vai aparecer
1551em relação ao relatório. Isso sem querer cercear a liberdade da cada um de
1552fazer o pedido de vistas da forma que lhe convier. Apenas uma observação do
1553ponto de vista prático.

1554

1555

1556O SR. **FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Só que esse relatório
1557tem que chegar a 30 dias está na mão. É apresentado na hora, ele não vai ter
1558condições do relator compilar esse negócio. Já está decidido que terá que ser
1559enviada até 30 dias. Então, não há essa hipótese de se apresentar na hora,
1560mas não tem como.

1561

1562

1563A SR^a. **DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu queria fazer uma proposta de
1564encaminhamento. Eu acho que nós começamos a dar *looping*. Eu acho que
1565está todo mundo claro que o pedido de vista é coletivo, o que não significa que
1566cada um vai ter que obrigatoriamente apresentar a relatoria. Óbvio que aqueles
1567que estão mais mergulhados no tema, como CNI, nós, vocês, o próprio
1568Governo de São Paulo que já estão mais mergulhados no tema claro que cada
1569um desses vai apresentar. Eu gostaria de saber possível, regimentalmente
1570falando, Márcio, nós solicitarmos pareceres formais minimamente de
1571Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, que não faz parte, obviamente que
1572vão se manifestar, não tenho dúvida disso, mas eu gostaria de registrar...

1573

1574

1575O SR. **MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Ministério do
1576Meio Ambiente é suplente da vaga do Governo Federal, na vaga que o Ibama
1577ocupa, portanto, está convidado a participar.

1578

1579

1580A SR^a. **DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu gostaria de saber se é possível
1581de nós solicitarmos, via Conama, era esse registro que eu queria deixar, via
1582Conama, uma solicitação formal de parecer do Ministério Agricultura, Ministério
1583do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, que não são titulares nessa Câmara
1584Técnica. Eu acho que são pareceres importantes independente da
1585participação. Ressalto, foram 15 reuniões, foram três exaustivos anos, eu
1586estive em algumas, não pude estar presente em várias outras porque
1587infelizmente a nossa dedicação não é exclusiva a Conama e acaba ficando, por
1588vezes, a participação de técnicos é diferente de uma manifestação formal do
1589órgão. Então, nós tivemos a participação de técnicos da agricultura, mas eu
1590gostaria de ouvir formalmente a opinião do órgão. Eu acho que isso é
1591importante para nós podermos formar uma opinião. E última sugestão, e ainda

1592continuando a minha sugestão de encaminhamento, eu acho que nós
1593passamos a ter aqui, não gostaria de dizer um impasse porque nós estamos
1594em tantos desleixos, mas eu gostaria de dizer que eu sugiro a relatoria
1595permaneça com o Ibama, estava com o Ibama, e sugiro que ela permaneça
1596com o Ibama porque nós somos pólo interessados, vocês são pólo
1597interessados com visões diferentes, não nós com vocês, mas nós com a outra
1598parte e vocês foram relatores também. Nós pegamos a relatoria muito porque
1599nós estávamos imbuído de não regulamentar. Mas, eu acho que agora eu não
1600me sinto à vontade de oferecer ao Ministério da Saúde como relatoria e os
1601demais se manifestaram também não capazes disso. Então, é só uma
1602sugestão, não é uma imposição, somos democráticos.

1603

1604

1605**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu não gostei,
1606mas tudo bem.

1607

1608

1609**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu quero pegar o
1610esclarecimento, que já ficou certo que 30 dias coletivamente a todos que
1611interessarem enviar o relato. E também acato essa sugestão sua eu acho que
1612a Câmara Técnica pode encaminhar que esse Ministério pertinente, inclusive o
1613Ministério da Saúde também apresentar o seu parecer técnico, mas ela está
1614como conselheira, mas o parecer é do órgão não é o Conselheiro. Então, eu
1615também sugiro que venha o parecer do Ministério da Agricultura, Ministério da
1616Saúde, não só do Conselheiro, porque tem a área técnica. Então, a área
1617técnica de cada setor apresente o seu parecer com relação da
1618regulamentação.

1619

1620

1621**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Francisco, a
1622manifestação da Dra. Daniela é no sentido de que esses Ministérios não são
1623membros titulares da Câmara. Na medida em que o Ministério da Saúde é
1624membro titular, ele já está representado. Nós não podemos questionar aqui, a
1625representação dessa Câmara, a indicação dos representantes dessa Câmara
1626foi institucional. Não vamos questionar a representatividade de nós mesmos.

1627

1628

1629**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Mas se o documento
1630representar toda a área técnica aí a área técnica teria que dar o seu parecer.

1631

1632

1633**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós estamos
1634entrando em uma seara que não os cabe. Só para ilustrar, os 30 dias levariam
1635a data para 12 de março. O prazo limite para encaminhamento das nossas
1636contribuições. O relator teria até 27 de março para concluir relatoria, concluir a
1637síntese do que lhe foi apresentado preparar a apresentação para então, marcar
1638e aí nós deixaríamos a critério dele porque... Vamos marcar até 15 dias, então
1639seria até 11 do abril, ele precisa marcar essa reunião. Ele tem um prazo limite,
1640mas ele pode marcar antes, se quiser. Concordam com isso. Então, o relator
1641teria até 27 de março para concluir a relatoria e concluir a síntese do que

1642recebeu e teria até 11 de abril para marcar essa reunião, que naturalmente vai
1643ser consultada a partir de DConama, consultada sobre a data conveniente.

1644

1645

1646**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu só pediria que
1647o relator ou o DConama, a apresentação do relatório já fosse disponibilizada
1648para nesses 15 dias fosse...

1649

1650

1651**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A minha
1652sugestão é de que relator faça uma síntese o mais isento possível procurando
1653destacar para que nós já venhamos instruídos.

1654

1655

1656**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
1657Paulo)** – Eu só queria solicitar, se fosse possível, dessa reunião ser numa
1658terça e quarta. Porque para ser numa quarta e quinta, eu preciso fazer uma
1659ginástica para acomodar todos os meus compromissos. Pelo menos essa, de
1660alguma maneira...

1661

1662

1663**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mas a
1664marcação da reunião, nós vamos fazer uma prévia consulta para verificar o
1665máximo de quorum possível.

1666

1667

1668**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – E disponibilizando
1669também o relatório, todos os trabalhos que foram apresentados juntos, os
1670pareceres.

1671

1672

1673**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Se eu entendi
1674bem, até o dia 27 de março, o relator tem que concluir o seu trabalho de
1675síntese e disponibilizar esse trabalho de síntese e a íntegra de tudo que ele
1676recebeu aos Conselheiros e suplentes. É isso? Bom, resta a discussão de
1677quem é o relator. Eu fiz uma indicação aqui de que fossem os Conselheiros
1678que menos se posicionaram aqui para nós tentarmos pelo menos, não que não
1679tenham se posicionado, mas que tiveram uma postura mais neutra, digamos
1680assim e aí eu citei o CNC e a ANAMMA e alguém indicou que fosse o Ibama
1681porque já teria sido o relator.

1682

1683

1684**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Eu realmente não me sinto seguro em ser
1685o relator, estou sendo sincero, poderia até tentar ajudar, mas eu ando
1686realmente, o Wanderley sabe, eu tenho um Grupo de Trabalho de Meio
1687Ambiente, minha reunião está agora para março, vai ser muito trabalhoso, não
1688que eu esteja desfazendo esse aqui, mas eu tenho que dar prioridade lá no
1689meu Grupo de Trabalho e também não me sinto seguro... É que eu estou
1690falando eu acho cada... Nós vamos ter que votar. Eu quero muito ajudar, eu
1691estou aqui realmente para ajudar, mas eu tenho um impedimento, eu tenho que

1692ver o meu lado. Eu não posso chegar aqui e aceitar e depois deixar vocês aqui
1693na mão. Isso não quero. Se eu tivesse condição, sem problema, eu aceitaria.

1694

1695

1696**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mais alguma
1697sugestão? Eu tenderia a apresentar o nome do Alfredo como alternativa, uma
1698vez o que Alfredo só no sentido de que o Alfredo conduzia esse trabalho foi
1699elogiado por todos pela condução que fez e tem o histórico de toda as
1700discussões, quer dizer, e conseguiu aqui, com muita propriedade, apontar
1701exatamente os dissensos, quer dizer, eu acho que isso é uma qualidade
1702importante para o relator conseguir sintetizar onde há dúvida e onde há
1703discórdia.

1704

1705

1706**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1707**Paulo)** – Isso eu queria observar que agora aqui também eu tenho esse
1708mandato. Então eu como relator vocês têm que ver a posição de São Paulo a
1709favorável a ter a Resolução, eu vou procurar ser mais isento possível, mas de
1710repente eu não sei só coloco essa questão. Porque no GT eu fui indicado para
1711coordenação porque foi ma regra, mas a posição do Governo do Estado de
1712São Paulo é que tenha a regulamentação.

1713

1714

1715**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Pelo o que eu
1716entendi pela aquela manifestação dos técnicos aqui do Ministério Público eu
1717estou entendendo que a consenso em relação à regulamentação a discussão
1718é, em que nível de corte nós vamos fazer essa regulamentação se é exigindo
1719um tratamento completo. Vamos pegar os dois extremos. Então estamos então,
1720está aprovado o relator por consenso Dr. Alfredo por aclamação.

1721

1722

1723**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1724**Paulo)** – Eu quis colocar isso porque de repente alguém podia chegar, mas ele
1725era favorável, eu vou procurar ser isento o mais possível como fui quando eu
1726coordenei o trabalho.

1727

1728

1729**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Fez muito bem
1730esse trabalho. Ok então. Então estamos decididos eu considero esse ponto de
1731pauta encerrado. Parabenizo a todos pelas contribuições eu acho que fomos
1732apesar do tempo que levou fomos bem produtivos. São 15 para o meio dia
1733como eu falei eu teria um compromisso ao meio dia eu teria que me ausentar, a
1734proposta que eu faço é que nós encerremos a reunião agora pela manhã
1735retomemos aí nós podemos até retomar mais cedo se for o entendimento de
1736vocês, eu proponho aqui a 1:30 ou 14h fica a critério de vocês. Alfredo tem que
1737se retirar as 3 horas. Tem os informes a não ser que vocês topem tocar os
1738informes. Eu vou ter que sair antes não tem problema. Muito bem, então vamos
1739aos informes a ideia então é tentar encerrar ainda pela manhã é isso? Primeiro
1740informe então é em relação à proposta de Resolução para regulamentar a
1741responsabilidade dos fabricantes e importadores de veículos ou motores sobre

1742as tecnologias utilizadas para atendimento aos limites de emissão
1743estabelecidos pelos programas de controle de emissões veiculares
1744PROCONVE e PROMOT. Eu só antes de passar a palavra ao Cláudio nós
1745temos aqui como eu vou ter que me ausentar, nós temos aqui os últimos que
1746estão colocados como último aqui como informe são três GTs relativos a lei de
1747resíduos sólidos. Que são resíduos de equipamentos eletroeletrônicos,
1748embalagens usadas de óleos lubrificantes e disposição de resíduos de
1749lâmpada com mercúrio, está apontada aqui como relatora a Dr^a Zilda, mas eu
1750até como não venho acompanhando esse assunto antes de nós colocarmos
1751isso como relatoria, eu pergunto para vocês pelo o que eu tenho informação
1752esses são processos que foram abertos e que como advento da lei de resíduos
1753sólidos eles passaram a ser digamos assim suplantados pela discussão do
1754alem. Então a dúvida que eu tenho é nos vamos discutir um a um, ou
1755simplesmente há entendimento dos conselheiros que nós possamos arquivar
1756esses processos a partir da existência da lei. Ou nós pautamos o arquivamento
1757ou não para a próxima reunião, porque aí é uma decisão de votação. Eu faria
1758essa consulta antes até de passar a palavra para a relatoria. Está aberto para
1759manifestação se nós entendemos.

1760

1761

1762**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1763**Paulo)** – Bom, o que eu tinha para quiser sobre isso é o seguinte existe a
1764política ela estabelece coisas, mas essas coisas não são detalhadas ao nível
1765requerido, eu posso falar um pouquinho porque nós estamos com a nossa
1766experiência de São Paulo que nós temos a nossa política estadual todas as
1767nossas ações, por exemplo, lubrificantes e lâmpadas de mercúrio até onde eu
1768entendo toda categoria já se entendeu bem e amadureceu quanto ao que deve
1769ser feito. No caso de eletro eletrônico até para a natureza pode ser desde pilha
1770até satélite como o pessoal fala não existe um amadurecimento, eu acho que
1771deveria haver o que requeria regulamentação complementar para não deixar o
1772debate tão aberto. Porque o que eu vejo eu acho assim nós estamos até para
1773colocar aqui uma luz do que nós estamos vendo, quando se trata de proteger o
1774Meio Ambiente diretamente como a questão de por o resíduo com o metal nós
1775estamos todo mundo assim, agora quando se trata de ter uma melhor prática
1776social envolvendo todos os atores para ter um resultado global fica tudo meio...
1777Então eu acho que é essa reflexão tem que ser feita, que matéria em função do
1778que nós enxergamos na prática uma regulamentação complementar ajudaria e
1779que matéria que se deixar a cargo do próprio setor que já está amadurecido em
1780algum momento nós poderíamos abrir mais. Essa aqui é a minha luz.

1781

1782

1783**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu já vou
1784passar a palavra para a Dr^a Zilda para nos esclarecer, mas antes eu queria
1785salientar o seguinte: a lei de resíduos sólidos ela prevê acordos setoriais e
1786nessa negociação com os setores é que eu acho que poderá sugerir a
1787necessidade ou não regulamentação posterior. Então talvez seja verde ainda
1788nós discutirmos uma seja precipitado nós discutirmos uma regulamentação
1789quando ainda não houve o acordo setorial ainda não se discutiu com o setor,
1790mas a Zilda pode nos esclarecer melhor ainda.

1791

1792

1793 **A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA/SRHU)** – O que o Alfredo falou
1794 está certo, mas eu acho que esse não é o momento assim, a política criou
1795 logística a obrigatoriedade da logística reversa dentro do capítulo de
1796 responsabilidade compartilhada, a opção que o Ministério fez foi trabalhar um
1797 acordo setorial, o Comitê orientador para implementação de sistemas de
1798 logística reversa que é um comitê composto por 5 ministros decidiu no ano
1799 passado que as cadeias que teriam prioridades seriam as novas cadeias. Então
1800 nós tínhamos três cadeias em trabalho no Conama por meio da Resolução, a
1801 cadeia de lâmpadas eletroeletrônicas e embalagens de óleo lubrificante. O
1802 Ministério do Meio Ambiente pediu a suspensão desses Grupos de Trabalho
1803 essa suspensão foi dada por 9 meses, porém esse trabalho ainda não está
1804 concluído no âmbito do Comitê interministerial. Tem um edital que está
1805 publicado que é o de embalagens plásticas de óleo lubrificante, os 45 dias
1806 vencem no próximo sábado, ou seja, depois de amanhã nós ainda não
1807 recebemos a proposta de acordo setorial, mas temos a confirmação do setor
1808 que vamos receber essa proposta. Nós vamos ter em prazo depois disso para
1809 trabalhar em cima do que eles nos mandaram até ter o acordo setorial
1810 assinado. Então dependendo do acordo setorial talvez alguma necessidade de
1811 regulamentação ocorra, nós não temos isso ainda. Lâmpadas devem ser
1812 apreciadas no final de março pelo CORI pelo Comitê orientador. A minuta de
1813 edital de lâmpadas que depois passo pela jurídica que depois vai para a
1814 Consulta Pública, eletroeletrônicos, medicamento e embalagens em geral
1815 ainda estão no grupo no âmbito do Grupo Técnico temático. Então assim, nós
1816 temos uma visão de que aqueles grupos que foram convocados cujos aqueles
1817 três grupos aqui dentro do Conama que é embalagens de óleos lubrificantes,
1818 eletroeletrônicos e lâmpadas da maneira como eles estavam trabalhando os
1819 textos que eles chegaram a produzir não serão mais esse porque isso vai ser
1820 objeto da logística que são as responsabilidades. Se o Conama no futuro optar
1821 por trabalhar essas cadeias será em função de detalhamento de algum plano
1822 de gerenciamento daquele resíduo, de pontos de coleta, de informação à
1823 população, mas não na maneira como eles foram concebidos. Então a opinião
1824 do Ministério seria de que caberia nesse caso o arquivamento desses
1825 processos. Porque se esse assunto for debatido no futuro não será mais com o
1826 escopo que foi aprovado lá atrás, será com um novo escopo a ser proposto que
1827 nós ainda não sabemos por essas razões que eu já relatei já que nós só temos
1828 uma cadeia que devemos receber ainda a proposta de acordo setorial no forno,
1829 vamos dizer assim, que é de embalagens plásticas de óleo.

1830

1831

1832 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Faça essa
1833 consulta só para esclarecer, esses 3 Grupos de Trabalho são oriundos da
1834 Câmara de resíduos de saneamento e resíduos anteriores. E lá os trabalhos
1835 foram suspensos até janeiro de 2012, portanto, eles teriam que agora nós
1836 tomarmos uma decisão em relação à continuidade dos trabalhos.

1837

1838

1839 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu me lembro que
1840 mais ou menos a 5 anos foi apresentado no Conama e depois a proposta de
1841 criação de um GT para discutir sobre lâmpadas incandescentes e

1842fluorescentes, até porque o Brasil a questão da fiscalização fronteiriça não
1843tinha como controlar a entrada da lâmpadas e todos os eletro eletrônicos pela
1844fronteira do Brasil com Paraguai, com a Argentina, com a Bolívia por aí, e se
1845verificou a quantidade exagerada de mercúrio em alguns exames feitos e
1846lâmpadas que estavam no Brasil. Então eu vejo a necessidade se é que esse
1847GT parou que se retomem, agora se ele é fez alguma coisa que possa ser
1848aproveitado é outra coisa ou então levantar que seja subsidiado porque é uma
1849questão séria. Vá à feira do Paraguai vá a qualquer lugar aí, vá a Foz do
1850Iguaçu, vá a Porto Alegre, vá a qualquer lugar que entra adoidadamente
1851lâmpadas incandescentes e com teor do mercúrio altamente que são
1852contrabandeados não tem como você, agora tem que ter parâmetros porque se
1853o Brasil importar tem que ser dentro dos parâmetros aceitáveis, limites isso
1854precisa ser regulamentado, eu acho que já devia ter sido regulamentado.

1855

1856

1857**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Zilda antes de
1858te passar a palavra e continuar a discussão como eu havia anunciado eu teria
1859que me ausentar, então conforme prevê o Regimento nós precisamos eleger
1860um substituto para conduzir os trabalhos aqui até o final dessa sessão. Eu
1861pediria independente disso que a Dr^a Sérgia assumisse como suplente a vaga
1862do Ibama a Sérgia é a minha suplente, então ela assume como MMA o papel
1863de conselheira para nós não perdermos o quorum, mas o papel da presidência
1864está em aberto para nós sugerirmos. Eu naturalmente sugiro o Dr. Lutti para
1865conduzir os trabalhos uma vez que está na vaga do vice-presidente hoje, mas
1866fica aberta para nós sugerirmos nomes para coordenar os trabalhos aqui até o
1867final. Eu agradeço e peço desculpas em eu ter que me ausentar e pediria o
1868Adriano que orientasse o Doutor Lutti.

1869

1870

1871**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA/SRHU)** – A logística proposta na
1872política não diz respeito a lâmpadas incandescentes, a Resolução do Conama
1873ela foi pedida em 2001 em um Grupo de Trabalho teve algumas... Mas elas
1874nunca trataram da comercialização de lâmpadas novas e sim da
1875responsabilidade dos resíduos, deve ter havido alguma confusão aí
1876conselheiro, mas nenhum das duas e nem a logística reversa trata das
1877lâmpadas trata do ciclo de vida dos produtos, mas principalmente da
1878responsabilidade compartilhada pelo gerenciamento dos resíduos após o seu
1879consumo. Mas nenhum das duas trata de lâmpadas teria que ser feito uma
1880outra Resolução com outro escopo, mas eu acho que nós poderíamos
1881aguardar a finalização do processo de acordo setorial que está sendo
1882coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente dentro e eu particularmente
1883coordenei o GT de lâmpadas, a Dr^a Sérgia iniciou a coordenação e eu a
1884substitui em determinado momento, mas precisava fechar esse rito de
1885processos de fechamento do acordo setorial para nós termos ideia daquilo que
1886precisará ser regulamentado. Mas em nenhum momento diferentemente de
1887pilhas e baterias em que nós colocamos teores lâmpadas chegou a ser
1888discutido teor visando o controle da importação ou da fabricação nacional. Só
1889para isso é um tema que pode vir a ser regulamentado, mas eu pediria que
1890aguardássemos o término do acordo setorial que nós podemos fazer as duas
1891coisas numa mesma não vamos ter uma Resolução que regulamente em

1892algun ponto o acordo setorial e outra que regulamente o teor de metais
1893pesados. Então assim, eu volto a manter a minha opinião de que nós
1894aguardemos a complementação dos trabalhos dentro do Comitê orientador que
1895é um Comitê de Ministros.

1896

1897

1898**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Então nesse caso eu
1899ratifico a importância de recebendo isso que se revitalize se que se crie em
1900nível de Câmara um GT para trabalhar especificamente sobre a composição
1901até a destinação final que já existe alguma regulamentação. Já existe para o
1902resíduo de pilha, abateria essas coisas. Então isso é preocupante porque é um
1903caso que acontece no Brasil.

1904

1905

1906**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A Dr^a Adriana quer
1907fazer uma colocação?

1908

1909

1910**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A
1911proposta nossa do departamento onde apoia o Conama é que sejam
1912arquivados esses processos. Não sei se está claro, quer dizer a questão não é
1913a importância do assunto e etc. é que nós estamos em um trabalho muito
1914pesado de limpeza da pauta do Conama daquilo que já está vencido isso em
1915todas as Câmaras Técnicas, às vezes o Conama ficava com assuntos que vão
1916para site isso gera um enorme desgaste para o Conselho de assuntos que
1917estão lá tramitando a vida inteira e que ninguém dá um encaminhamento, então
1918ou eles vão ter que ter um encaminhamento efetivo ou é melhor que se archive
1919posteriormente pode ser dar dada a entrada em outro pedido de DT com outro
1920escopo e etc. ficar compassivo gera uma situação constrangedora para o
1921Conselho.

1922

1923

1924**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Mesmo porque o
1925aqui escopo desses grupos não tem nada a ver com o teor de mercúrio em fim.
1926Colocando em votação alguém é desfavorável que se archive os três
1927processos desfavorável que se archive.

1928

1929

1930**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
1931Paulo)** – Só por um a questão de orientação. Quando arquiva o arquivamento
1932é definitivo ou no futuro alguém pode abrir alguma coisa de novo?

1933

1934

1935**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (DConama/SECEX/MMA)** – Pode puxar,
1936pode pedir e fundamentar um novo grupo.

1937

1938

1939**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
1940Paulo)** – Está trazendo um pouco a experiência que nós estamos tendo com
1941isso em São Paulo e a linha que o Governo do estabelecido de São Paulo está

1942dando. Como são coisas assim que fica mais difícil se nós já temos dificuldade
1943*enforcement* para coisas mais complexas nós vemos que nesse primeiro
1944momento a dificuldade de *enforcement* é difícil, nós temos ido de fórum em
1945fórum para conversar até com muito participação do setor produtivo sobre
1946logística reversa, o que nós observamos é um movimento muito grande de
1947advogados querendo saber o que eles podem burlar ou não tranquilamente.
1948Então eu acho como estratégias realmente nesse primeiro momento não
1949querer forçar a nada pode ser produtivo. Vamos deixar quem tenha o mandato
1950se organizar para propor daí nós enxergamos melhor, porque nós estamos
1951trabalhando com uma nova situação é um pacto social que você não vai forçar
1952assim por lei.

1953

1954

1955**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - É um acordo setorial.

1956

1957

1958**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Então foram
1959arquivados os três processos. Na sequência.

1960

1961

1962**A SR^a. SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Só confirmando resíduos de
1963equipamento eletroeletrônicos, embalagens de óleo e lâmpadas de mercúrio,
1964estão ok estão os três arquivados obrigada.

1965

1966

1967**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Então eu convido o
1968Cláudio Liberman para fazer os informes a respeito do processo.

1969

1970

1971**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Bom dia a todos. Cláudio Liberman
1972Ibama. O processo em tramitação foi a proposta de Resolução Conama para
1973regulamentar a responsabilidade dos fabricantes e importadores de veículos
1974motores sobre as tecnologias utilizadas para atendimento aos limites de
1975emissões estabelecidos pelo programa de controle de emissão veicular
1976PROCONVE e PROMOT. O GT foi instalado em abril do ano passado e nós
1977fizemos duas reuniões e as deliberações foram trazidas a última reunião do
1978PROCONVE da Câmara Técnica em outubro do ano passado, e a após
1979deliberações se decidiu que o processo tinha que ser encaminhado a consulta
1980da PROGE do Ibama, assim foi feito e foi encaminhado uma cópia do processo
1981para exame pela PROGE e nós estamos aguardando o resultado. A única
1982questão que nós temos que discutir agora porque na oportunidade da última
1983reunião foi prorrogado por mais 6 meses o GT, quer dizer, que deve está
1984vencendo agora teria que deliberar se continua ou prorrogas por mais 6 meses
1985a validade de GT. É aguardar a decisão da PROGE. Após o resultado da
1986PROGE nós voltaríamos aqui para nova reunião do GT se caso for prorrogado.

1987

1988

1989**A SR^a CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (SPG/MME)** –
1990Complementando aí as informações dada pelo representante do Ibama houve
1991essa preocupação na época a vice-presidência dessa Câmara Técnica, e nós

1992também decidimos que não só haveria um parecer da PROGE como antes de
1993ter uma reunião da Câmara Técnica esse parecer da PROGE seria
1994disponibilizado naquela ocasião para os representantes da Câmara Técnica e
1995demais interessados na matéria para que se houvesse assim um entendimento
1996do parecer antes de uma reunião dessa Câmara Técnica. Então porque assim
1997seria mais produtivo as pessoas teriam acesso ao parecer iriam ver o resultado
1998e quando fizesse uma reunião da Câmara Técnica poderiam estar mais cientes
1999e haver um posicionamento. Então é esse complemento que eu gostaria da
2000deixar registrado que nós pedimos a divulgação a representante da Câmara e
2001aos demais interessados que naquela época estavam envolvidos com a
2002matéria.

2003

2004

2005**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Se entendi
2006Christina seria a prorrogação para que fosse...

2007

2008

2009**A SR^a CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (SPG/MME)** –
2010Não, estou falando o seguinte, porque durante o debate do assunto naquela
2011ocasião o que foi decidido o seguinte, que então haveria uma análise pela
2012PROGE do Ibama. E aí nós observamos que isso ia ter um período para poder
2013ter a PROGE divulgar e fazer, e nós já providenciamos a extensão de 6 meses
2014para que desse tempo. A minha preocupação é o seguinte, o tempo está
2015escasso está terminando, e outra coisa que antes de nós termos uma reunião
2016desta Câmara nova que incorporou assuntos daquela Câmara o que
2017aconteceria? Nós teríamos que ter acesso a esse parecer da PROGE não só
2018agora com uma nova composição, mas também com aqueles participantes
2019daquela antiga, porque seriam os interessados na matéria para quando nós
2020viéssemos para uma reunião com esse tema em pauta já tivéssemos analisado
2021e estudado o parecer da PROGE Esse é o ponto, porque não adianto divulgar
2022esse parecer na reunião ou dias antes porque fica muito cima. Então nós
2023solicitamos que fosse divulgado o parecer com um tempo para que fosse
2024produtiva a reunião quando se marcasse da Câmara Técnica. E aí por conta
2025disso nós já tomamos as providências de estender o prazo para nós virmos
2026aqui deveria ter mais prazos de 6 meses, e nesse prazo parece que já está
2027terminando e nós não tivemos ainda o acesso ao parecer da PROGE. O que eu
2028quero dizer é o seguinte: não ainda marcar uma reunião que nós não
2029tenhamos, e eu gostaria que fosse divulgado não só para composição hoje
2030dessa Câmara, mas também com as pessoas que estavam anteriores na outra
2031Câmara porque o assunto já vinha sendo analisado. É esse o ponto.

2032

2033

2034**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Então é isso o
2035grupo está solicitando prorrogação do prazo para que possa providenciar esse
2036parecer e seja divulgado com antecedência. Todos estão de acordo?
2037Aprovado.

2038

2039

2040**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - De acordo como novo regimento não tem mais, 6
2041meses era de acordo com o antigo regimento agora tem até um ano.

2042

2043

2044 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Até um ano.

2045

2046

2047 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - Está prorrogado de acordo com o Regimento.

2048

2049

2050 **SR^a. SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – A prorrogação está sendo
2051 solicitada a partir da data de hoje ou a partir da data do anterior prazo do ou o
2052 GT finaliza hoje?

2053

2054

2055 **SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (D/Conama)** – Em outubro ele foi
2056 prorrogado por mais 6 meses, ele vai até abril.

2057

2058

2059 **SR^a. SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Mas vai ser um ano a partir
2060 de hoje. Então o prazo de extensão vai ser 18 do outubro de 2011 até 18 de
2061 outubro de 2012, ou não? Não estou entendendo.

2062

2063

2064 **SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (D/Conama)** – O prazo regimental do GT
2065 ele se inicia quando da sua instalação da sua primeira reunião após a
2066 prorrogação da CT.

2067

2068

2069 **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Eu entendi sua
2070 pergunta nós temos que decidir o seguinte esse até um ano nós vamos
2071 conceder a partir de hoje, ou nós vamos conceder até um ano a partir do final
2072 dos 6 meses que seria em abril. Eu acho que um ano a partir de hoje está de
2073 bom tamanho. Eu acho que até um ano a partir de hoje. Ótimo. O processo
2074 1299/2011 proposta de revisão da Resolução Conama 307/2002 para
2075 reclassificação dos resíduos de tintas. E eu convido a Zilda Veloso.

2076

2077

2078 **SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Tintas. Quando nós
2079 estávamos em processo de revisão da Resolução 307, foi feito um pedido
2080 formal pela Abrafati para que embalagens para mudança de categorias de
2081 resíduos de tintas, embalagens de tintas, e esse pedido primeiramente recebeu
2082 um parecer contrário do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama e depois
2083 apreciado na Câmara Técnica que entendeu, acatou e deixou essa para
2084 depois. Não caberia essa discussão naquele processo de revisão que já estava
2085 em andamento, e foi bem no final das discussões. Mas nós tivemos um pedido
2086 igualmente na época do presidente da Câmara Técnica de tentarmos trocar
2087 informações com a Abrafati para evoluirmos um pouco mais nesse ponto.
2088 Então, houve uma reunião no Ibama na semana passada entre representantes
2089 do Ministério, e eu estava presente, representantes do Ibama e da Abrafati. E a
2090 Abrafati começou a discutir conosco os termos de um estudo que ela está
2091 contratando, um estudo que inclui a avaliação de laboratório, coleta de

2092resíduos e avaliação em laboratório de tintas usadas. É o que é encontrado na
2093hora em que se recolhe o resíduo da construção civil. É esse nosso universo.
2094Não é um escopo muito aberto. Então, eles já têm um projeto de recolhimento
2095com algumas prefeituras, têm um projeto de qualidade com o Ministério das
2096Cidades. Então, eles vão proceder ao recolhimento de embalagens,
2097basicamente o estudo é esse, o recolhimento de embalagens com tinta, com
2098resto de tinta, pela metade, e fazer uma avaliação para nós. Eles fizeram um
2099estudo preliminar em 2007 e apresentaram a CETESB. Naquela ocasião
2100mudou um pouco o encaminhamento do recolhimento de embalagens. Eles vão
2101atualizar esse estudo, aumentar o escopo e talvez daqui uns 6 mês ou um
2102pouco mais, nós conseguimos ou não, vai depender do resultado desse estudo,
2103trazer algum pedido de mudança da classificação de tintas e seus resíduos na
2104Resolução 307.

2105

2106

2107**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Zilda, teria que
2108aguardar mais pelo menos 6 meses?

2109

2110

2111**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Presidente, não tem Grupo
2112Técnico treinado. É a previsão da Abrafati de concluir o estudo. Depois que ela
2113concluir o estudo, nós vamos avaliá-lo e ver se é pertinente essa mudança.

2114

2115

2116**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Então, passamos o
2117processo. Alguém quer mais esclarecimentos? Processo 2704/2010. Criação
2118de GT para revisar Resolução Conama 0390, que dispõe sobre padrões de
2119qualidade do ar previstos no Pronar.

2120

2121

2122**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Recapitulando um pouquinho, porque
2123isso já foi falado na última reunião, e nem todos eram membros daquela então
2124Câmara Técnica de Controle e Qualidade, porque nós do Ministério já
2125decidimos há algum tempo a necessidade da revisão dessa Resolução e de ter
2126um novo padrão nacional da qualidade do ar. Isso é um fato, é uma decisão
2127nossa já de algum tempo. Pois bem, temos a convicção de que ela também
2128isolada fora de contexto, essa é uma Resolução, uma medida que não traz por
2129si melhorias imediatas, efeitos ou impactos ambientais imediatos. Nós
2130encerramos agora no ano passado um intenso ciclo de reformas e de revisão
2131de toda a nossa legislação de emissões, revisão feita aqui nessa Câmara
2132Técnica, na anterior, onde nós revimos todas as fases do PROCONVE, todas
2133as modalidades do PROCONVE, o P7, que começou este ano, o L6, o M4, o
2134PROCONVE/MAR, os programas de inspeção veicular; em dezembro
2135aprovamos a importantíssima Resolução sobre as fontes fixas anteriores, a
2136382. Então, foram três anos muito intensos de uma revisão normativa com
2137impactos ambientais muito... Que foi a nossa prioridade de fato. Pois bem,
2138desenhamos uma estratégia de ação dentro do Departamento de Qualidade
2139Ambiental que foi apresentado ao novo secretário, que apresentou então ao
2140gabinete do Ministério do Meio Ambiente, com uma estratégia coordenada de
2141ações. E dentro dela está a revisão do padrão. Mas em uma visão integrada

2142com outras ações também, porque vocês vejam: da forma que nós temos uma
2143rede de monitoramento hoje no Brasil inteiro tão insípida, quem é que
2144consegue monitorar a qualidade do ar para observar o atendimento ou não de
2145qualquer padrão? Nós temos pouquíssimos Estados que hoje têm redes de
2146monitoramento adequadas. E se você tem a rede e se você detecta e analisa
2147como é que está a qualidade de ar, quais são as medidas decorrente disso?
2148Que instrumentos nós temos hoje que tragam soluções para situações como
2149esta? Então, a nossa estratégia prevê uma série de ações com coordenadas e
2150que venham a trazer soluções para todas as questões. Dentro dela está a
2151questão da revisão dos padrões. O que eu quero salientar é que isso não é
2152uma panaceia, é que volta e meia vem uma solução mágica, já foi a inspeção
2153veicular, já foi a renovação de frota, agora parece que é o padrão nacional de
2154qualidade do ar. E tudo isso é importante. O que sempre conversamos aqui,
2155nós não temos prioridades, nós temos que atacar em todas as frentes
2156constantemente e sempre. Independente de qualquer coisa, a revisão é
2157necessária. Então, nós já fizemos semana passada uma primeira reunião
2158interna, onde chamamos setores do Ministério que também trabalham com
2159emissões, de uma maneira geral, que o que próprio DConama, as equipes de
2160mudança climática, as equipes ligadas à proteção da camada de ozônio,
2161ligadas também a controle de resíduos. Vamos, então, agora iniciar um
2162aumento desse grupo. Nós agora vamos fazer uma reunião com o pessoal do
2163Ibama, porque nós queremos propor à Câmara Técnica a abertura de um
2164Grupo de Trabalho minimamente com uma proposta na mesa, para que se
2165inicie um debate. Eu acho que nós criamos um Grupo de Trabalho sem que
2166haja um texto básico para que se inicie o debate não seria o mais interessante.
2167Então, nós já iniciamos esse processo de discussão interna; vamos
2168incorporando aos poucos novas outras instituições, outros ministérios, até que
2169nós possamos construir uma proposta de Governo, ou uma proposta do
2170Ministério do Meio Ambiente, que seja a base para um Grupo de Trabalho
2171dentro do Conama.

2172

2173

2174**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Alguém gostaria
2175de mais esclarecimentos? Só uma indagação, Rudolf, você acha... Claro que é
2176difícil estabelecer um prazo, mas essa proposta por parte do Ministério levaria
2177muito tempo, mais ou menos, vocês acham que dá para concatenar nos
2178trabalhos para que isso ocorra...

2179

2180

2181**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – (...) Nenhuma dificuldade de
2182mensurar um prazo, até porque nós também necessitamos de outros sinais
2183internos também, de outras ações que estão coordenados a esta, mas nós
2184estamos trabalhando agora nisso com afinco para que seja o mais rápido
2185possível.

2186

2187

2188**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Então, eu indago
2189aos Conselheiros se concordam com a criação do Grupo de Trabalho. Aliás, eu
2190vou fazer a pergunta ao contrário, quem é favorável, quem for contra que se
2191manifeste.

2192

2193

2194 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** - O assunto que está pautado
2195 aqui referente ao processo de criação, porque o nome do processo aqui, a
2196 nomenclatura é criação de Grupo de Trabalho para revisar, mas o que se
2197 espera é passar o informe que o Rudolf acabou de comentar, e que nós
2198 aguardemos a deliberação futura.

2199

2200

2201 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É porque nós precisamos
2202 um texto.

2203

2204

2205 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Para que depois
2206 se delibere pela criação. Então, hoje não tem deliberação. É só um informe.

2207

2208

2209 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É só um informe mesmo,
2210 até para nos preparar, que no futuro o Ministério terá uma proposta à Câmara e
2211 nós vamos deliberar se é conveniente ou não a criação do Grupo de Trabalho.
2212 A princípio até seria pela complexidade e amplitude, mas nós estamos tentar
2213 analisar naquele momento.

2214

2215

2216 **A SR^a. SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Só incluindo, é exatamente
2217 isso. A ideia do relato feito agora é justamente para dar uma resposta à
2218 solicitação que foi feita. Nós estamos nos estruturando para que isso aconteça
2219 em breve, para que nós consigamos ingressar um Grupo de Trabalho da forma
2220 mais organizada possível. Então, que foram tomadas medidas em relação a
2221 essa solicitação feita pela EcoJuréia, que é uma prioridade que está sendo
2222 colocada. Então, que nós avancemos um pouquinho mais e que nos dê um
2223 tempo para que nós amadureçamos, e se crie eu Grupo de Trabalho de forma
2224 mais organizada, ou não, se crie ou não.

2225

2226

2227 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Existe um processo em tramitação
2228 no Conama, que não é de nossa iniciativa. Enfim, uma instituição abriu um
2229 pedido, um processo, e que foi levada como sempre acontece à área técnica
2230 do Ministério que diz “sim, nós achamos importante que haja a revisão como foi
2231 apontado no pedido do processo que foi iniciado”. Nós não achamos que era o
2232 momento adequado, mas foi para o Ibama, que disse a mesma coisa:
2233 “realmente, é relevante; o momento não é este”. Então, é o ponto.

2234

2235

2236 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Passando para o
2237 último da pauta. Processo 1277/2009. Revisão da Resolução Conama 0593
2238 que dispõe sobre gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos,
2239 aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.

2240

2241

2242 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Esse pedido foi feito por nós
2243 do Ministério do Meio Ambiente para o Conama em 2009, ou seja, antes da
2244 aprovação da política nacional de resíduos sólidos. Ocorreram algumas
2245 reuniões que foram... Foi convocado um Grupo de Trabalho. Esse GT foi
2246 coordenado pelo Ministério da Saúde. Depois o Ministério da Saúde ficou com
2247 uma dificuldade, o representante saiu do Ministério da Saúde, o indicado, que
2248 era o Erik Fischer. Eles tiveram dificuldade de indicar um substituto. E foi
2249 aventado em uma reunião passada da Câmara Técnica de Resíduos se ele
2250 teria continuidade ou não. No início do ano passado, em janeiro, o Ministério do
2251 Meio Ambiente fez um pedido de suspensão desse grupo. Pelas reuniões que
2252 ocorreram coordenadas naquela época pelo Ministério da Saúde, ficou bem
2253 claro que problema maior da revisão seria detalhar melhor o plano nacional de
2254 gerenciamento de resíduos. Esse plano basicamente o problema maior era que
2255 o órgão de meio ambiente, o órgão estadual e, às vezes, a autoridade
2256 marítima, a Antaq, a Anvisa, também exigiam planos. Então, eram problemas
2257 que nós não íamos conseguir resolver facilmente por uma Resolução. Eu
2258 acredito particularmente, e esse prazo se expirou. A nossa ideia talvez fosse
2259 aguardar... Eu não tive oportunidade de expor sobre isso, mas existem dois
2260 grandes comitês dentro da política nacional de resíduos sólidos. O Dr. Silvano
2261 esteve aqui na Câmara Técnica de Resíduos na gestão passada e fez uma
2262 explicação sobre isso, mas tem o Comitê interministerial responsável pela
2263 condução dos trabalhos do plano nacional de resíduos sólidos e também por
2264 cinco GTs que começaram, primeiro é o que o coordenou a elaboração do
2265 plano que está ainda em Consulta Pública, e deve ser apreciada pelo Conama
2266 provavelmente na próxima Reunião Ordinária. Então, assim, esses grupos
2267 estão tratando de assuntos que carecem de regulamentação. Eles estão sendo
2268 convocados à medida da necessidade. A meu ver, essas interfaces entre
2269 saúde, meio ambiente e agência de portos, talvez pudessem ser levantadas em
2270 um grupo desses. Então, ele guarda a continuidade dos trabalhos porque na
2271 reunião de abril do ano passado, Adriano, quando nós pedimos a suspensão
2272 dos trabalhos, essa Câmara Técnica votou pela continuidade. E o Conama teve
2273 dificuldade em buscar um relator para dar continuidade aos GTs. Foi indicada a
2274 CNT, que se manifestou contrariamente e inclusive achando que não havia
2275 necessidade de se continuar naquele momento os trabalhos desse grupo.
2276 Então, essa Câmara decidiu pela continuidade. Existe uma manifestação
2277 formal da CNT pela suspensão dos trabalhos. Essa suspensão tem de acordo
2278 do Ministério do Meio Ambiente. E resta este impasse a ser decidido agora: se
2279 continua, se arquiva, se delibera na próxima reunião, aí não sei.

2280

2281

2282 **O SR. ROBSON CALIXTO (DCONAMA)** – Só queria adicionar no que se
2283 refere, digamos assim, limitado a portos, o que se refere especificamente a
2284 portos, existe todo um cenário novo que, inclusive, em função, entre outros
2285 fatores, a publicação de uma Portaria do Ministério do Meio Ambiente com a
2286 Secretaria de Portos para regularizar os portos. Então, o setor tem o interesse
2287 no que se refere a portos, para que esse grupo seja revitalizado, seja
2288 específico para portos, alguma coisa assim. Mas melhor do que eu falar, é
2289 melhor o setor falar. Está aqui um representante da SEP, Secretaria de Portos,
2290 mas teve que se ausentar, mas tem ainda aqui Uirá Cavalcante da Antaq. Eu
2291 gostaria de pedir licença para o próprio setor falar, para que se posicione.

2292

2293

2294O SR. UIRÁ CAVALCANTE OLIVEIRA (ANTAQ) – Boa tarde a todos. Eu
2295trabalho na gerência de Meio Ambiente da Agência Nacional de Transportes
2296Aquaviários. Esse assunto quando o Robson falou, nós estamos num contexto
2297hoje que tem a necessidade de ter uma busca pela regularização ambiental
2298dos portos. Isso implica, na verdade, os portos que não têm licença de
2299operação, eles tirarem as licenças de operação e atenderem a todos os
2300dispositivos legais que estão relacionados com as questões ambientais. A
2301questão dos resíduos nos portos é um dos assuntos normalmente que têm
2302maior relevância e apresenta maiores dificuldades, até como a própria Zilda
2303falou, porque tem a interface de várias agência e órgãos diferentes, com
2304relação a resíduos dos postos que tem que atender a dispositivos da Anvisa,
2305Conama, Vigiagro, a própria Antaq também já baixou uma resolução que trata
2306de credenciamento de empresas que retiram resíduos, trabalham com a
2307retirada de resíduos de navios. Nós achamos que essa Resolução é importante
2308e somos favoráveis à continuidade do trabalho. Nós achamos que atualmente,
2309com a publicação da política nacional de resíduos sólidos, nós temos alguns
2310instrumentos que poderiam permitir um maior detalhamento principalmente na
2311parte que diz respeito aos procedimentos na área portuária, porque a
2312Resolução hoje trata muito, eu acho que ela dá maior foco para destinação final
2313e tratamento, eu acho que tem uma lacuna um pouco na área dos
2314procedimentos internos. Nós sabemos também da dificuldade que seria você
2315definir isso pensando em portos, aeroportos, terminais rodoviários e
2316ferroviários, porque cada um tem a suas particularidades, mas achamos que a
2317Resolução poderia esclarecer melhor e dar ferramentas melhores para o setor
2318se regularizar, e construir melhores planos de gerenciamento de resíduos
2319sólidos. Então, nós somos favoráveis a isso.

2320

2321

2322O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) – Nós somos favoráveis
2323à revitalização. Além de termos, como falou, uma Portaria nova do Ministério
2324do Transporte (...) sobre portos, o Brasil vai sediar duas competições
2325internacionais, e nós temos que dar uma resposta exatamente... Eu já tive
2326alguma coisa com portos e aeroportos, eu sou remanescente de antiga Anvisa,
2327da Vigilância Sanitária, e as doenças entram normalmente nos portos e
2328aeroportos e nas rodoviárias, principalmente quando não há um controle muito
2329eficaz da vigilância sanitária, e vem uma política definida através do destino
2330adequado desses resíduos de portos, aeroportos e rodoviárias. Nós temos
2331rodoviárias internacionais do Paraná, do Rio Grande do Sul, por aí tudo tem. E
2332no caso da Copa do Mundo que nós vamos sediar, vamos ter muito problema.
2333E agora que nós estamos vendo uma nova dinâmica, que estão privatizando
2334aeroportos brasileiros. É a hora de definirmos uma política mais rigorosa com
2335relação à questão dos resíduos. Eu que fui também de combate à cola no
2336Brasil, a cola pelos portos, aeroportos e rodoviárias do País. A saúde, o meio
2337ambiente, tudo isso. Então devemos revitalizar à luz da política nacional de
2338resíduos e da Portaria que trata sobre a questão dos portos. Nós somos
2339favoráveis que esse público comece a trabalhar logo para dar uma resposta
2340com relação a nossa contribuição para a Copa do Mundo e as olimpíadas.

2341

2342

2343 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
2344 **Paulo)** – E também nessa linha, eu gostaria de reiterar a importância disso,
2345 não só para portos, mas portos e aeroportos. Eu queria dar um relato de que
2346 nós tivemos recentemente na CETESB, nós fomos procurados por
2347 representantes da Infraero e da Anvisa. Porque os dois maiores aeroportos de
2348 São Paulo, o Guarulhos e Viracopos estão em processo de licenciamento de
2349 uma unidade para destino final. E eles fizeram para nós uma palestra muito
2350 interessante, ilustrada por slides mostrando as tipologias de coisas que são
2351 apreendidas em malas de passageiros e chegam em navios, que têm
2352 repercussão à saúde por agentes químicos e biológicos, mas também
2353 agricultura. Então, assim, realmente não é só uma porta de entrada de
2354 enfermidades, mas de catástrofes econômicas, na agricultura e em outros
2355 setores. Então, eu sou favorável que se...

2356

2357

2358 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu vou passar para a Zilda
2359 porque eu vou ter que sair agora também, e vou fazer a minha colocação a
2360 respeito.

2361

2362

2363 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Essa Resolução é uma
2364 resolução genérica. Foi a primeira Resolução 05/93, foi a primeira Resolução
2365 que tratou de plano de gerenciamento de resíduos, foi a primeira vez que
2366 apareceu no Conama esse ponto. A revisão dela é para atualizar o texto, não
2367 quer dizer que o assunto não esteja sendo tratado ou regulamentado. O
2368 licenciamento ambiental está aí. O que nós pedimos... Nós tivemos até um
2369 pedido formal junto com o DConama, eu o Robson, ao Ibama que se
2370 manifestasse a respeito dessa Portaria conjunta, mas como a resposta não
2371 veio a tempo dessa reunião, eu pediria que nós trouxéssemos mais subsídios e
2372 colocássemos esse assunto em ponto de pauta na próxima reunião, com esses
2373 novos subsídios do Ibama. Eu gostaria de ouvir a Anvisa, a Daniela não está
2374 mais aqui. Porque não é só a Antaq. É a Anvisa também, tem as suas
2375 exigências. Eu gostaria de pedir aos representantes da Abema que trouxessem
2376 também mais alguns subsídios em relação às exigências que os Estados
2377 fazem e, mediante esse conjunto de informações, nós podemos ter um debate
2378 na próxima reunião e poderemos deliberar com mais tranquilidade sobre isso.

2379

2380

2381 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu tive a oportunidade de
2382 participar das duas primeiras reuniões desse Grupo de Trabalho, e eu fiquei
2383 assustado com amplitude e a complexidade da discussão, porque isso envolve
2384 aeronáutica, envolve a marinha, a parte naval, e tanto de águas interiores
2385 quanto de ecossistemas costeiros, marinhos, são coisas diferentes sendo
2386 tratadas, e a parte de transporte terrestre. Então, é complicado até onde deu,
2387 cansou. É muito complicada essa discussão. E outra: a Resolução Conama ela
2388 tem que ser revista. A Lei veio e ela tem que se adequar à Lei. E concordo com
2389 a Zilda, talvez eu acho que agora não é o momento de nós deliberarmos.
2390 Deixaríamos em suspenso para a próxima reunião com mais elementos. Na
2391 ocasião, Zilda, na última, na antiga GT, nós pusemos por não extinguir por

2392saberemos exatamente que ia ser necessária essa discussão e nós não íamos
2393poder fugir dela. Até porque poderia haver algum tipo de conflito. Por exemplo,
2394o GT1 que trata de planos do Comitê interministerial e tem essa competência
2395de discutir plano, como já tem uma Resolução. Não vai partir do zero. Seja
2396melhor talvez discutir isso aqui. Se for o caso de chegarmos à conclusão
2397“Conama, não dá”, até porque vai envolver muitas agências nós elevamos isso
2398ao Comitê Interministerial, porque aí sim é outra esfera, está todo mundo
2399dentro, e lá se delibera com um Decreto, alguma coisa que regulamente de
2400vez, até porque a lei trata todos esses assuntos de uma maneira só. Era essa
2401minha colocação, eu concordo com ela e eu vou pedir desculpas aos
2402conselheiros, eu vou ter que sair. Obrigado. Boa tarde.

2403

2404

2405**O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Zilda, só uma
2406informação. Essas discussões todas dentro do Grupo de Trabalho são
2407produtivas, levando em consideração portos, aeroportos e rodoviária, todos
2408juntos?

2409

2410

2411**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O Grupo de Trabalho não
2412chegou a ser coordenado pela CNT, houve uma indicação de que a CNT
2413poderia indicar alguém, mas não chegou a ser reconvocato o grupo
2414propriamente dito. As discussões foram muito boas, porque trouxeram...
2415Algumas pessoas eu já conhecia, de uma fase que nós tentamos regulamentar
2416o transporte interestadual de resíduos. São mais ou menos as mesmas
2417equipes, mas tinha inclusive representantes, houve uma mobilização, havia
2418representantes de portos e terminais de cargas da região Norte do País, onde o
2419transporte de carga é aquaviário. E a realidade é completamente distinta. E lá
2420eles necessitam disso para subsistência, eles não têm via alternativa. Eu me
2421lembro que as discussões foram boas. Participaram de todos esses setores
2422envolvidos... Porque a Resolução 05, quando ela foi revista, tratava de
2423resíduos e saúde, portos e aeroportos e postos de fronteira. Resíduos e saúde
2424foi sendo revista e existem outras Resoluções hoje, criou-se um braço
2425diferenciado, e a Resolução continuou valendo para portos, aeroportos e
2426postos de fronteira. É isso que nós pretendemos revisar. Eu concordo
2427plenamente com tudo o que Wanderley falou, e nós nesse caso temos a
2428mesma opinião a respeito desse assunto. Eu só pediria que inseríssemos em
2429um ponto de pauta na próxima reunião e fazemos um pequeno debate com
2430algumas informações, já provocando previamente Antaq, Anvisa, Anac,
2431Infraero. Mas para discutir a ANTT, que o Wanderley lembrou muito bem, e nós
2432convidamos essas pessoas a participar da reunião e participar desse debate e
2433enriquecer esse debate conosco.

2434

2435

2436**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nós vamos sediar
2437duas copas. Nós não podemos também protelar muito. Se existe uma
2438resolução e já existe a Lei mais Portaria de portos, eu acho que já se (...) a
2439marinha, a administradora de portos, podemos trazer um termo de referência
2440informando sobre a complexidade que eles encontram. Mas não vejo

2441 dificuldade de que uma resolução a revisão trate de todos os portos, aeroportos
2442 e... Não pode? Tem que ser separado?

2443

2444

2445 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Não posso dar ordem para
2446 Anvisa, para Antaq e nem para ninguém.

2447

2448

2449 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – É muita coisa?

2450

2451

2452 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É. Não é um assunto fácil. O
2453 licenciamento ambiental já existe. É uma diretriz.

2454

2455

2456 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O que tem que
2457 acontecer é que nós temos que reativar. Agora, se vai ser deliberado só na
2458 próxima reunião, teriam que trazer as informações de cada setor, para que se
2459 consolide, senão vamos estrangular o setor que já está dependente de
2460 regulamentação.

2461

2462

2463 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A proposta é
2464 exatamente essa, deixar pautado já para a próxima reunião, e para próxima
2465 reunião o DConama faria solicitações a esses órgãos, convidando as pessoas
2466 interessadas. Eu acho que poderia ser inclusive a área de recursos marinhos,
2467 que nem o Wanderley colocou, do Ibama, para que também venha se
2468 posicionar com relação a isso. De qualidade... Então, ficaria pautado para a
2469 próxima reunião a votação da continuidade e eventualmente a eleição de um
2470 novo relator. Bom, terminados os informes, a SÉRGIA quer fazer uma
2471 colocação.

2472

2473

2474 **A SR^a. SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Só um esclarecimento em
2475 relação a esse ponto. Então, a previsão é de que na próxima reunião nós
2476 voltemos a verificar a pertinência dessa discussão em relação às novas
2477 informações que vão ser recebidas do Ibama e tal, para nós voltarmos a
2478 discutir na próxima reunião. Então, continua essa pendência de que se
2479 continua ou não o trabalho do Grupo de Trabalho e nós não vamos ter esse
2480 problema.

2481

2482

2483 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Exatamente. Bom,
2484 mais alguém quer fazer alguma colocação? Então, vamos dar por encerrado o
2485 trabalho da Câmara Técnica. Obrigado.